Jornal O DIA SP

PUBLICAÇÕES LEGAIS - 1

Edição Digital Certificada*Sexta-feira, 8 de março de 2024

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF 29.938.085/0001-35

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Neste exercício, a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaMobilidade" ou "Companhia" ou "Concessionária") continuou enfatizando a implementação do seu modelo de gestão operacional, focando em boas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, como sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no cliente, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô. **1.2. Apresentação:** A Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A., denominada de ViaMobilidade, com sede em São Paulo, capital, tem como objeto a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação do transporte público de passageiros das Linha 5 – Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo. A Linha 5 – Lilás é uma linha de Metrô com extensão 20,1 km, 17 estações, 02 Pátios (Capão Redondo e Guido Caloi) e 04 Terminais integrados de ônibus (Capão Redondo, Campo Limpo, Giovanni Gronchi e Santo Amaro/Guido Caloi). A Linha 17 – Ouro é um monotrilho com extensão de 7,7 km, 08 estações elevadas e 01 Pátio (Águas-Espraiadas). **1.3. Contrato de Concessão:** O contrato de concessão foi assinado em 5 de abril de 2018 e tem duração inicial de 20 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 anos. A concessão foi desmembrada em 4 Fases, sendo: **Fase Pré-Operacional –** iniciou-se a partir da assinatura do Contrato (5 de abril de 2018) e teve duração de 120 dias, tendo em vista que a Linha 5 – Lilás já se encontrava em operação pelo Metrô de São Paulo. Esse período ocorreu para a transição operacional entre o Metrô e a Companhia. **Fase I -** Início da operação comercial da Linha 5 completa (exceto Estação Campo Belo) e dos Terminais de integração intermodal - Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi. A Fase I, portanto, iniciou-se em 4 de agosto de 2018 com a operação comercial do trecho entre Capão Redondo e Moema, juntamente com os terminais de integração intermodal – Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi. Em 31 de agosto de 2018 foi inaugurada a Estação AACD – Servidor e em 28 de setembro de 2018 foram inauguradas as estações Hospital São Paulo, Santa Cruz e Chácara Klabin. **Fase II –** Iniciou-se em 8 de abril de 2019, com a inauguração da Estação Campo Belo, resultando na operação comercial plena da Linha 5. **Fase III** – Anteriormente estava prevista para novembro de 2019, conforme contrato de concessão, o início da operação comercial da Linha 17, contemplando todas as Estações entre Congonhas/Jardim Aeroporto – Morumbi/CPTM. As obras estão em andamento pelo Governo do estado, o início da operação está previsto para o primeiro semestre de 2026. Ainda nesse contrato, temos um investimento previsto que é a obra de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação Santo Amaro da Linha 5 – Lilás com a estação Santo Amaro da Linha 9 – Esmeralda da CPTM, visando compatibilizá-la com a demanda e com o atendimento de exigências técnico-operacionais e de segurança. Esta obra iniciou-se em 27 de janeiro de 2020 e atualmente encontra-se em andamento pela Companhia. Em 30 de março de 2021, foi celebrado, o Termo Aditivo n.º 1 com o Poder Concedente, estabelecendo a possibilidade de se atribuir à Companhia, a responsabilidade pela elaboração dos estudos e execução dos futuros investimentos relacionados à implantação, de forma integral, de trechos de expansão das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo, em condições a serem acordadas por meio de Termo Aditivo próprio, inclusive no que concerne ao reequilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em 26 de dezembro de 2023, foi celebrado, o Termo Aditivo n.º 2 com o Poder Concedente, tendo como objeto exclusivamente o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato que decorre da perda de receita tarifária provocada pela contabilização de demanda real trimestral em patamar inferior a 60% (sessenta por cento) da demanda projetada no período do 1º trimestre de 2020 até o 1º trimestre de 2023, sendo eventual desequilíbrio contratual decorrente dos impactos da variação da demanda sobre os custos pertinentes à prestação do serviço concedido em razão da Pandemia de COVID-19. Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 7. **1.4. Destaques de 2023:** Em 2023 foram realizadas na Linha 5-Lilás, 45 exposições e 191 campanhas de engajamento, além de 4 campanhas que se repetiram mensalmente de janeiro a novembro e 2 campanhas perenes em dezembro, totalizando 282 ações, com apoio de parceiros, ONGs e instituições. Entre essas ações tivemos exposições fotográficas, apresentações musicais, teatrais e campanhas de saúde, realizadas por meio de incentivo direto da concessionária. Em 2023, seguimos com a parceria com aplicativo *IFood*, com o Ponto de Apoio a entregadores na saída da Estação Eucaliptos, o espaço foi pensado para ser um local acolhedor enquanto os entregadores aguardam os chamados. Em 2023 ele recebeu mais de 11 mil entregadores. Em 2023 continuamos nossa parceria com o Bazar Gerando Falcões nas estações Campo Limpo e Eucaliptos. Esse é um negócio de impacto social que dá acesso a bens de consumo para a população de baixa renda, todo o resultado das vendas é reinvestido em programas de transformação nas periferias e favelas em 2023. Em 2023 o bazar da estação Eucaliptos teve 13.514 vendas realizadas e o bazar da estação Campo Limpo 16.077 vendas realizadas, totalizando mais de 2 milhões de reais arrecadados.

2. Desempenho Econômico-Financeiro:

Em R$ Mil	2023	2022	Var %
Receita operacional bruta (incluída a receita de construção)	906.739	484.098	87,30%
Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)	817.420	460.115	77,66%
Deduções da receita bruta	(16.348)	(9.202)	77,66%
Receita líquida (excluída a receita de construção)	801.072	450.913	77,66%
(+) Receita de construção	89.319	23.983	272,43%
Custos e despesas (a)	(448.306)	(343.188)	30,63%
- Depreciação e amortização	(43.954)	(39.230)	12,04%
- Serviços de terceiros	(63.676)	(62.559)	1,79%
- Custo da outorga	(5.195)	(4.601)	12,91%
- Custo com pessoal	(138.329)	(120.707)	14,60%
- Custo de construção	(89.319)	(23.983)	272,43%
- Outros custos e resultados operacionais	(107.833)	(92.108)	17,07%
EBIT ajustado	442.085	131.708	235,66%
Margem EBIT ajustada (b)	55,19%	29,21%	88,94%
(+) Resultado de equivalência patrimonial	26.674	41.069	-35,05%
EBIT (c)	468.759	172.777	171,31%
Margem EBIT	49,65%	27,73%	79,05%
(+) Depreciação e amortização	43.954	39.230	12,04%
EBITDA (c)	512.713	212.007	141,84%
Margem EBITDA	57,58%	44,68%	28,87%
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	26.674	(41.069)	-164,95%
EBITDA ajustado	486.039	170.938	184,34%
Margem EBITDA ajustada (d)	60,67%	37,91%	60,04%
Resultado financeiro líquido	(80.677)	(85.075)	-5,17%
Resultado de equivalência patrimonial	26.674	41.069	-35,05%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	388.082	87.702	342,50%
Imposto de renda e contribuição social	(119.670)	(13.246)	803,44%
Lucro antes da participação dos minoritários	268.412	74.456	260,50%
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	268.412	74.456	260,50%
Endividamento bruto (e)	549.896	597.391	-7,95%
Investimentos (caixa)	102.485	33.098	209,66%

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. (d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (e) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação). **Receita líquida:** O principal motivo do crescimento da receita líquida foi a celebração do Termo Aditivo n.º 2 com o Poder Concedente, que trata do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato que decorre da perda de receita tarifária em razão da Pandemia de COVID-19. desta forma, houve a contabilização de R$ 297.891 mil em dezembro de 2023. O crescimento da receita foi de 77% considerando o reequilibrio COVID, e sem considerar o reequilibrio esse crescimento foi de 12%, principalmente devido a retomada da demanda transportada em 2023, ano de recuperação após a pandemia do COVID-19. O reajuste da tarifa foi de 8,99%, é calculado pela variação de 85% do IPC e de 15% do reajuste de energia em fevereiro de cada ano. **Custos e despesas:** O ano de 2023 foi um ano de consolidação para a concessionária, com reflexo da recuperação da demanda. Na visão de custos, esse panorama se traduziu na recuperação das contratações do quadro de colaboradores, vindo de um cenário de congelamento de contratações em 2022. **Resultado financeiro líquido:** Em 2023 tivemos uma redução dos indicadores que estão atrelados ao financiamento vigente, e com isso tivemos uma redução de juros. **Imposto de renda e contribuição social:** Em relação ao IR/CSLL corrente, o aumento foi decorrente do aumento de receita devido retomada de demanda. E em relação aos impostos diferidos, o impacto foi principalmente pela contabilização do Reequilíbrio COVID e também aumento da demanda, gerando um consequente crescimento da receita líquida. **Investimentos:** Principal investimento realizado no ano de 2023 foi a obra de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação Santo Amaro. **2.1. Dividendos propostos:** Em 2023 a Companhia destacou um total de R$ 12.167 na forma de juros sobre capital próprio aos seus acionistas (R$ 8.099 em 2022). **3. Estratégia e Gestão: 3.1. Governança Corporativa:** A Companhia possui estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva. **3.2. Gestão de Pessoas:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. **4. Sustentabilidade:** A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Integridade. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. Em 2023, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 13ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, conquistamos *rating* AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização, e a aprovação das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi), tornando-se com essa iniciativa, a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar este compromisso público de descarbonização. Ainda, somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 10 anos consecutivos. O *score* do CDP (Carbon Disclosure Project) 2023, não foi disponibilizado até a data de publicação deste Relatório. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 2.3.3. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.1. Iniciativas voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade. • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável. • *Disclosure Insight Action* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. • *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa. • *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor. • Relato Integrado (IIRC*)*: o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. • Movimento Ambição *Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima. • *Science Based Targets Initiative* (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica. **4.2. Instituto CCR:** O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, campanhas, voluntariado e programas proprietários. Em 2023, 3,2 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente, 35 unidades do Grupo beneficiadas, 555 municípios impactados e mais de R$ 54 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal. O Grupo CCR é o principal apoiador da temporada 2023/2024 do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, garantindo a gratuidade das visitações ao local aos sábados. Desde 2022, a CCR é mantenedora do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Este apoio, permitiu a retomada das entradas gratuitas às terças-feiras, fazendo com que o Museu atingisse a marca de 300 mil visitantes. Além disso, a Companhia patrocina há sete anos a Flipelô (Festa Literária Internacional do Pelourinho) e a Fundação Casa de Jorge Amado, em Salvador, custeando a entrada gratuita ao centro cultural todas as quartas-feiras. Em 2023, o Grupo CCR se tornou o patrocinador ouro e parceiro oficial de mobilidade da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), transportando escritores e comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas ao festival, além de promover uma programação gratuita sobre brasilidade, empoderamento feminino e combate às mudanças climáticas. O Grupo CCR se tornou um dos principais patrocinadores do Instituto Tomie Ohtake, polo cultural relevante da cidade de São Paulo. Para celebrar a parceria, a Companhia realizou uma exposição em homenagem à artista plástica que dá nome ao centro cultural. A mostra marca o início do projeto Centenários, em que, periodicamente, o Grupo CCR prestará tributo em seus modais a grandes nomes da cultura brasileira com ações para a difusão do seu legado. O Grupo CCR também assinou uma parceria com o Projeto Portinari para promover uma série de ações culturais em homenagem a Candido Portinari, entre outros, um dos mais importantes pintores brasileiros de todos os tempos. O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, fechou o ano de 2023 beneficiando mais de 3,9 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 232 municípios e 26 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas. O programa Caminhos para a Saúde continuou a sua expansão e, em 2023 iniciou as suas atividades na CCR Aeroportos, atendendo seis unidades do modal. Em Mobilidade, expandiu a sua atuação para o VLT Carioca, além de continuar as atividades nas unidades CCR Metrô Bahia, CCR Barcas e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9. Ao longo do ano, foram realizadas ações em todas as unidades de Rodovias. No total, foram mais de 52 mil atendimentos e mais de 64 mil procedimentos. Todas as ações contaram com serviços de saúde e bem-estar para a população. O Instituto CCR realizou diversas ações de voluntariado ao longo de 2023. Foram mais de 1,6 mil colaboradores cadastrados, beneficiando mais de 10 mil pessoas de 48 instituições em 12 estados. Saiba mais em www.institutoccr.com.br. **4.3. Prêmios e reconhecimentos:** Prêmio UITP - União Internacional de Transportes Públicos. Em 2022, o Grupo CCR S.A. recebeu o Prêmio UITP, da União Internacional de Transportes Públicos, na categoria Valores Institucionais. O case apresentado foi 'Novo Propósito & Cultura - Viva Seu Caminho', devido à série de iniciativas desenvolvidas na ViaMobilidade 5 e 17, e nas outras concessionárias do Grupo CCR, voltadas a saúde mental e qualificação de empreendedores de periferia. Uma importante conquista por uma mobilidade mais humana. **5. Considerações finais: 5.1. Agradecimentos:** A Companhia agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras e seguradoras pela parceria desenvolvida. Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios. **5.2. Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **5.3. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

São Paulo, 7 de março de 2024. A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**226.061**	**228.275**
Caixa e equivalentes de caixa	6	73.319	114.110
Aplicações financeiras	6	-	2.780
Contas a receber das operações	7.1	2.788	-
Contas a receber de partes relacionadas	9	6.025	30.875
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	66.844	34.284
Tributos a recuperar		811	2.973
Despesas antecipadas		8.508	8.087
Adiantamentos a fornecedores		2.416	2.002
Estoques (materiais sobressalentes)		64.976	32.762
Outros créditos		374	402
Não circulante		**1.032.765**	**722.845**
Realizável a longo prazo			
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	262.233	-
Impostos diferidos	8.2	-	11.838
Depósitos judiciais		49	68
Estoques (materiais sobressalentes)		23.890	30.773
Despesas antecipadas		15	33
Investimentos	10	16.193	22.492
Imobilizado	11	16.909	15.970
Intangível	12	660.155	631.010
Infraestrutura em construção	12	53.321	10.661
Total do ativo		**1.258.826**	**951.120**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante		**322.725**	**305.512**
Debêntures	13	112.689	166.058
Fornecedores		24.134	18.605
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	11.874	7.234
Imposto de renda e contribuição social a pagar		3.775	5.097
Impostos e contribuições a recolher		3.083	898
Obrigações com o Poder Concedente	20.3	1.532	1.493
Obrigações sociais e trabalhistas	14	22.934	21.075
Provisão de IPTU		33.487	24.553
Contas a pagar de operações com derivativos	19.1	13.135	28.827
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		91.673	26.835
Outras obrigações		4.409	4.837
Não circulante		**555.596**	**466.877**
Debêntures	13	437.207	431.333
Impostos diferidos		85.019	-
Obrigações sociais e trabalhistas	14	5.989	740
Provisão para riscos trabalhista, previdenciários e contratuais	15.1	6.040	227
Contas a pagar de operações com derivativos	19.1	21.341	34.547
Outras obrigações		-	30
Patrimônio líquido		**380.505**	**178.731**
Capital social	16.1	89.000	89.000
Dividendo adicional proposto	16.4	202.480	731
Ajuste de avaliação patrimonial		(222)	-
Reservas de capital	16.2	247	-
Reserva de lucros		89.000	89.000
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.258.826**	**951.120**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		**89.000**	**-**	**5.019**	**29.154**	**-**	**-**	**-**	**123.173**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	74.456	74.456
Destinações:									-
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	-	-	(6.884)	(6.884)
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(1.215)	(1.215)
Reserva legal		-	-	3.722	-	-	-	(3.722)	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	-	(10.799)	(10.799)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	731	(731)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	51.105	-	-	(51.105)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**89.000**	**-**	**8.741**	**80.259**	**-**	**731**	**-**	**178.731**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	268.412	268.412
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	16.2	-	247	-	-	-	-	-	247
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(222)	-	-	(222)
Destinações:									-
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (líquido)	16.5	-	-	-	-	-	-	(10.342)	(10.342)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	-	-	(1.825)	(1.825)
Reserva legal	16.3	-	-	9.059	-	-	-	(9.059)	-
Dividendo mínimo obrigatório	16.4	-	-	-	-	-	-	(54.496)	(54.496)
Dividendos adicionais propostos	16.4	-	-	-	(9.059)	-	201.749	(192.690)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**89.000**	**247**	**17.800**	**71.200**	**(222)**	**202.480**	**-**	**380.505**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	17	**890.391**	**474.896**
Custos dos serviços prestados		**(390.061)**	**(303.165)**
Custo de construção		(89.319)	(23.983)
Serviços		(50.758)	(50.308)
Custos com Poder Concedente	20.1	(5.195)	(4.601)
Depreciação e amortização	11 e 12	(40.938)	(36.608)
Custo com pessoal		(109.491)	(103.531)
Materiais, equipamentos e veículos		(16.884)	(11.851)
Água, telefone e internet		(3.420)	(2.638)
Energia elétrica		(50.724)	(48.625)
IPTU		(8.707)	(8.948)
Seguros		(6.861)	(5.386)
Verba de fiscalização		(5.195)	(4.601)
Outros		(2.569)	(2.085)
Lucro bruto		**500.330**	**171.731**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(58.245)**	**(40.023)**
Serviços		(12.918)	(12.251)
Depreciação e amortização	11 e 12	(3.016)	(2.622)
Despesas com pessoal		(28.838)	(17.176)
Materiais, equipamentos e veículos		(861)	(852)
Gastos com viagens e estadias		(165)	(185)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(198)	(275)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(258)	(890)
Despesas legais e judiciais		(25)	(35)
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	15.1	(5.813)	(179)
Água, luz, telefone, internet e gás		(1.196)	(1.005)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(201)	(308)
Outras despesas (receitas) operacionais		(4.756)	(4.245)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	26.674	41.069
Resultado antes do resultado financeiro		**468.759**	**172.777**
Resultado financeiro	18	(80.677)	(85.075)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**388.082**	**87.702**
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	8.1	(119.670)	(13.246)
Lucro líquido do exercício		**268.412**	**74.456**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**268.412**	**74.456**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		
Resultado de *hedge* de fluxo de caixa	(336)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	114	-
Total do resultado abrangente do exercício	**268.190**	**74.456**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**268.412**	**74.456**
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	96.971	(6.169)
Receita de reequilíbrio	17	(297.892)	-
Depreciação e amortização	11 e 12	43.954	39.230
Baixa do ativo imobilizado	11	6	25
Capitalização de custo de debêntures	11 e 12	(1.610)	(1.631)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	18	74	21
Juros sobre debêntures	18	56.801	63.581
Resultado de operações com derivativos	18	2.319	58.730
Valor justo sobre debêntures	18	26.464	(32.217)
Comissão de fianças	18	6.771	7.524
Equivalência patrimonial	10.3	(26.674)	(41.069)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	16.2	247	-
Adições e remuneração de contas a receber do Poder Concedente	7.1	(141.028)	-
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	7.126	583
Rendimentos sobre aplicações financeiras		-	(223)
Provisão de IPTU		13.837	9.080
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(2.788)	2.394
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	-	(138.899)
Recebimento do contas a receber do Poder Concedente	7.1	144.127	136.020
Contas a receber de partes relacionadas	9	24.850	(22.874)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	21.2	32.973	47.001
Tributos a recuperar		2.165	2.101
Estoques (materiais sobressalentes)		(25.331)	(10.923)
Adiantamentos a fornecedores		(414)	(1.703)
Depósitos judiciais		19	19
Despesas antecipadas e outros créditos		(375)	(489)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(10.657)	(5.350)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	(2.131)	(1.412)
Obrigações sociais e trabalhistas		7.108	4.299
Obrigações com o Poder Concedente	20.3	5.215	4.681
Pagamentos de obrigações com o Poder Concedente	20.3	(5.176)	(4.521)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		18.217	17.980
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(19.179)	(15.568)
Pagamentos de provisão para riscos trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	(1.313)	(404)
Pagamento de IPTU		(4.903)	-
Outras obrigações		(458)	481
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**217.727**	**184.754**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	11	(4.041)	(3.519)
Adições ao ativo intangível	12	(98.444)	(29.579)
Outros de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	3.500	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	2.780	(2.557)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		**(96.205)**	**(35.655)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Liquidação de operações com derivativos	21.2	(31.554)	(17.713)
Debêntures:			
Pagamentos de principal e juros	21.2	(130.759)	(126.850)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(162.313)**	**(144.563)**
(Redução) aumento do caixa e equivalente de caixa		**(40.791)**	**4.536**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		114.110	109.574
No final do exercício		73.319	114.110
		(40.791)	**4.536**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaMobilidade" ou "Companhia" ou "Concessionária"), domiciliada na Estrada de Itapecerica, n.º 4157, Capão Redondo, São Paulo, Capital, tem como objeto principal a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação do transporte público de passageiros das Linhas 5 – Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo. A Companhia foi constituída em 7 de março de 2018 e assinou o contrato de concessão em 5 de abril de 2018. A Five Trilhos – Administração e Participações S.A. ("Five Trilhos"), subsidiária integral da ViaMobilidade, foi constituída com o objetivo de explorar as receitas de publicidade, locação de espaço e utilização de infraestrutura da Companhia. A concessão tem prazo de 20 anos, contados a partir da data da emissão de Ordem de Início da Operação Comercial da Linha 5 – Lilás, que ocorreu em 4 de agosto de 2018. **Termo Aditivo n.º 1:** Em 30 de março de 2021, foi celebrado, o Termo Aditivo n.º 1 com o Poder Concedente, estabelecendo a possibilidade de se atribuir à Companhia, a responsabilidade pela elaboração dos estudos e execução dos futuros investimentos relacionados à implantação, de forma integral, de trechos de expansão das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo, em condições a serem acordadas por meio de Termo Aditivo próprio, inclusive no que concerne ao reequilíbrio econômico-financeiro da concessão. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023: 1.1.1. Principais eventos regulatórios: a. Reequilíbrio COVID-19 - Termo Aditivo n.º 2:** Em 22 de dezembro de 2023, foi celebrado o 2º Termo Aditivo entre a Companhia e o Estado de São Paulo, tendo como objetivo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devido às perdas de receita tarifária resultantes da redução de demanda de passageiros na Linha 5 – Lilás, advinda da pandemia da COVID-19, no valor de R$ 297.891, em valores de agosto de 2023, e será integralmente quitado até 8 de agosto de 2038. Os valores acima serão reequilibrados na forma de adicional tarifário e foram registrados na rubrica de receita operacional em contrapartida ao contas a receber do Poder Concedente. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 7.1. **1.2. Outras informações relevantes - Processos judiciais e administrativos-regulatórios relacionados a questões dos contratos de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios relacionados a questões do contrato de concessão. Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a concessionária e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (pandemia COVID 19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. **1.2.1. Processos em andamento: a. Nulidade da Concorrência Internacional n.º 002/2016 e do Contrato de Concessão n.º 003/2018 (Ação Popular n.º 1012890-622018.8.26.0053):** A Ação Popular foi ajuizada em 14 de março de 2018, inicialmente contra apenas o Estado de São Paulo, o Governador do Estado de São Paulo e o Secretário de Transportes Metropolitanos. Posteriormente, foi determinada a inclusão da controladora CCR S.A. no polo passivo do processo, o que ocorreu apenas em 12 de novembro de 2020. Existem outras ações populares conexas em tramitação, nas quais a controladora CCR S.A. ou a ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 não são Parte. Os autores populares pretendem ver declarado nulo o contrato de concessão n.° 003/2018 por conta (i) da suposta ausência de autorização legislativa para realização da concessão (ii) da suposta violação ao princípio da moralidade administrativa, pois "empresas sócias majoritárias da controladora CCR S.A." estariam envolvidas em supostos atos de improbidade; e (iii) da suposta lesão ao patrimônio público decorrente da modelagem econômico-financeira escolhida para a concessão. A controladora CCR S.A. foi citada nos autos da Ação Popular apenas em 12 de novembro de 2020, tendo apresentado a sua contestação em 14 de dezembro de 2020, na qual alega, preliminarmente, ser parte ilegítima para figurar no polo passivo. No mérito, demonstrou a base legal para a licitação e validade dos atos impugnados. Após manifestação dos autores populares acerca da contestação da controladora CCR S.A. bem como para informar não ter interesse na produção de provas adicionais, foi determinado o sobrestamento da ação popular até que a ação popular conexa, movida por José Prado de Andrade alcance a fase de saneamento e/ou sentença. Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes deste processo, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas. Em 7 de março de 2024, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

3.9.	Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*): principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
7.	Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito;
8.2.	Impostos diferidos: valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
12.	Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;
15.	Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
19.	Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Investimentos:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em controlada. **Controlada:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. **3.2. Moeda estrangeira: Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.3. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas metroviárias, são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 17. **3.4. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativo financeiro a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*):** A Companhia designa certos instrumentos de hedge relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa n.º 19 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge. *Hedge* de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação. *Hedge* de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica hedge de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.6. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **3.7. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.8. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.14. Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.9. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*): Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários, do projeto de infraestrutura detido aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrio contratual. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.11. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações cambiais sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.12. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.13. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de passageiros, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.14. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização. **3.15. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023: • CPC 50 – Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32). **3.16. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas

continua ►

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C890-EAB3-69A5-4F62.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 08/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C890-EAB3-69A5-4F62.

continuação

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26; • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06; • Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26; e • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40. **4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swap* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. Operações de *swap* de juros: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 7, 9, 13 e 19. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 9, 13 e 19. As tarifas das concessões da Companhia são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros derivativos e não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	166.960	119.326	82.420	123.440	465.134
Fornecedores e outras obrigações	28.543	-	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	11.874	-	-	-	-
Contas a pagar de operações com derivativos	13.135	-	-	-	21.341
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	91.673	-	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.532	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras:

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	2.833	1.927
Aplicações financeiras (a)	70.486	112.183
Total	**73.319**	**114.110**

Aplicaçoes financeiras	2023	2022
Não circulante	-	**2.780**
Aplicações financeiras (a)	-	2.780
Total	-	**2.780**

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,87% do CDI, equivalente a 13,22% a.a. (102,47% do CDI, equivalente a 12,74% a.a., em média, 31 de dezembro de 2022).**7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas**

	2023	2022
Circulante	**69.632**	**34.284**
Contas a receber das operações (a)	2.788	-
Contas a receber do Poder Concedente (b)	66.844	34.284
Não circulante	**262.233**	-
Contas a receber do Poder Concedente (b)	262.233	-
Total	**331.865**	-

(a) Crédito a receber da SPTrans – São Paulo Transportes S.A. e da Companhia do Metropolitano de São Paulo, decorrentes de serviços prestados aos usuários; e (b) Créditos a receber do Poder Concedente referente a mitigação de demanda e reequilíbrio, o qual é substancialmente recebido ao longo do trimestre subsequente ao fato gerador, cuja movimentação está abaixo demonstrada:

	2022	2023			
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Transferência	Total
Circulante	**34.284**	**141.028**	**(144.127)**	**35.659**	**66.844**
Reequilíbrio (a)	-	-	-	35.659	35.659
Mitigação de demanda (b)	34.284	141.028	(144.127)	-	31.185
Não circulante	-	**297.892**	-	**(35.659)**	**262.233**
Reequilíbrio (a)	-	297.892	-	(35.659)	262.233
Total	**34.284**	**438.920**	**(144.127)**	-	**329.077**

(a) Reequilíbrio ao contrato de concessão por (perda de receita tarifária resultante da redução de demanda de passageiros, advinda da pandemia da COVID -19, conforme Termo Aditivo n.º 2; e

(b) Saldo de mitigação de demanda, recebido ao longo do trimestre subsequente ao do fato gerador.**8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**388.082**	**87.702**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	**(131.948)**	**(29.819)**
Efeito tributário das adições e excusões permanentes		
Equivalência patrimonial	9.069	13.964
Despesas indedutíveis	(1.037)	(638)
Juros sobre capital próprio	4.137	2.753
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(489)	(271)
Incentivos relativos ao imposto de renda (PAT e Prorrogação de licença maternidade)	573	740
Outros ajustes tributários	25	25
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(119.670)**	**(13.246)**
Impostos correntes	(22.699)	(19.415)
Impostos diferidos	(96.971)	6.169
Alíquota efetiva de impostos	**30,84%**	**15,10%**

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2023	2022
Ativo	**20.062**	**15.435**
Provisão para participação nos resultados (PLR)	3.140	2.299
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	1
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	2.054	77
Provisão de energia elétrica/IPTU	12.755	9.835
Resultado de operações com derivativos	1.729	2.656
Despesas pré operacionais	-	226
Programa de Gratificação Longo Prazo	384	341
Compensação de imposto ativo	**(20.062)**	**(3.597)**
Impostos ativos após compensação	-	**11.838**
Passivo	**(105.081)**	**(3.597)**
Capitalização de juros	(3.897)	(3.597)
Receita de reequilíbrio	(101.283)	-
Outros	99	-
Compensação de imposto passivo	**20.062**	**(3.597)**
Impostos passivos após compensação	**(85.019)**	-
Imposto diferido líquido	**(85.019)**	**11.838**
Movimentação do imposto diferido	**2023**	**2022**
Saldos em 1º de janeiro	**11.838**	**5.669**
Reconhecimento no resultado	**(96.971)**	**6.169**
Reconhecimento no patrimônio liquido	**114**	-
Impostos diferidos sobre *hedge* de fluxo de caixa	114	-
Saldos em 31 de dezembro	**(85.019)**	**11.838**

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controlada, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	2023				2022			
Saldos	Controladora	Controlada	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controlada	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	**36**	**132**	**5.877**	**6.045**	**62**	**5**	**30.818**	**30.885**
Bancos conta movimento	-	-	10	**10**	-	-	10	**10**
Aplicações financeiras	-	-	10	**10**	-	-	-	-
Contas a receber	36	132	5.857	**6.025**	62	5	30.808	**30.875**
Passivo	**79.884**	**56**	**607.719**	**687.659**	**28.119**	**16**	**666.950**	**695.085**
Fornecedores e contas a pagar	3.484	56	8.334	**11.874**	1.247	16	5.971	**7.234**
Derivativos	-	-	5.085	**5.085**	-	-	7.811	**7.811**
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	76.400	-	15.273	**91.673**	26.872	-	-	**26.872**
Debêntures	-	-	578.997	**578.997**	-	-	652.955	**652.955**
Outros débitos	-	-	30	**30**	-	-	213	**213**

	2023				2022			
Transações	Controladora	Controlada	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controlada	Outras partes relacionadas	Total
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	(5.643)	-	(1.128)	**(6.771)**	(6.270)	-	(1.253)	**(7.523)**
Custos/Despesas - serviço de transmissão de dados	-	-	(3)	**(3)**	-	-	-	-
Custos/Despesas - serviço de remoção de lixo e entulho	-	4	-	**4**	-	-	-	-
Custos/Despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	(27)	**(27)**	-	-	-	-
Custos/Despesas - serviços de manutenção de veículos	(1)	-	-	**(1)**	-	-	-	-
Custos/Despesas- serviços de infraestrutura utilizada	127	-	(23)	**104**	-	-	-	-
Custos/Despesas de serviços prestados - CSC	-	-	-	-	(748)	-	-	**(748)**
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(487)	**(487)**	-	-	(173)	**(173)**
Despesas financeiras	-	-	(18)	**(18)**	-	-	(3)	**(3)**
Despesas financeiras - derivativos	-	-	(32.156)	**(32.156)**	-	-	(7.338)	**(7.338)**
Receitas de mútua cooperação	-	-	183	**183**	-	-	61	**61**
Receitas financeiras - derivativos	-	-	24.164	**24.164**	-	-	12.755	**12.755**
Repasse de custos e despesas - CSC	(17.310)	-	(20)	**(17.330)**	(7.332)	-	-	**(7.332)**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(360)	(83)	(4.349)	**(4.792)**	(369)	(16)	(5.385)	**(5.770)**

9.1. Despesas com profissionais-chave da administração

	Diretor - estatutário 2023	2022
Remuneração (a):	**2.503**	**4.545**
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	**1.607**	**1.147**
Outros benefícios:	**896**	**3.398**
Incentivo de longo prazo	247	-
Provisão para remuneração variável do ano	1.088	1.899
Complemento/Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)	(520)	1.425
Previdência privada	79	72
Seguro de vida	2	2

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 18 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia no montante de R$ 2.800. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social. **9.2. Saldos a pagar aos profissionais-chave da administração:**

	2023	2022
Remuneração dos administradores (a)	**1.225**	**2.004**

(a) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria (conselho de administração e diretoria estatuária); e (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi efetuado o pagamento de provisão de PPR no montante de R$ 1.379. **10. Investimentos: 10.1. Composição dos investimentos:**

			Investimento		Resultado da participação societária	
Controlada	Atividade principal	% de participação em 31/12/2023	2023	2022	2023	2022
Five Trilhos	Serviços	100%	16.193	22.492	26.674	41.069
Total			**16.193**	**22.492**	**26.674**	**41.069**

10.2. Movimentação do investimento:

	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	**22.492**	**24.828**
Resultado de equivalência patrimonial	26.674	41.069
Dividendos	(32.973)	(43.405)
Saldos em 31 de dezembro	**16.193**	**22.492**

10.3. Informações financeiras resumidas:

	2023			2022			2023		2022	
Controlada	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido	Total das receitas brutas do período	Lucro líquido do período	Total das receitas brutas do período	Lucro líquido do período
Five Trilhos	38.044	21.851	16.193	38.728	16.235	22.492	31.845	26.674	48.225	41.069
Total	**38.044**	**21.851**	**16.193**	**38.728**	**16.235**	**22.492**	**31.845**	**26.674**	**48.225**	**41.069**

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento:

	Imobilizado					
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**2.573**	**9.262**	**922**	**12.757**	**3.439**	**16.196**
Adições	-	-	-	-	3.597	3.597
Baixas	-	(14)	(4)	(18)	-	(18)
Transferências	395	5.295	(181)	5.509	(5.974)	(465)
Depreciação	(359)	(2.411)	(570)	(3.340)	-	(3.340)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.609**	**12.132**	**167**	**14.908**	**1.062**	**15.970**
Custo	3.824	18.358	2.178	24.360	1.062	25.422
Depreciação acumulada	(1.215)	(6.226)	(2.011)	(9.452)	-	(9.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.609**	**12.132**	**167**	**14.908**	**1.062**	**15.970**
Adições	-	-	-	-	4.135	4.135
Baixas	(2)	(2)	(2)	(6)	-	(6)
Transferências	317	1.705	357	2.379	(2.379)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	220	-	220	-	220
Depreciação	(410)	(2.806)	(194)	(3.410)	-	(3.410)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.514**	**11.249**	**328**	**14.091**	**2.818**	**16.909**
Custo	4.138	20.278	2.435	26.851	2.818	29.669
Depreciação acumulada	(1.624)	(9.029)	(2.107)	(12.760)	-	(12.760)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.514**	**11.249**	**328**	**14.091**	**2.818**	**16.909**
Taxa média anual de depreciação %						
Em 31 de dezembro de 2023	10	12	25			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R$ 94 em 31 de dezembro 2023 (R$ 80 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 7,90% a.a. e 8,68% a.a., respectivamente. **12. Intangível e infraestrutura em construção:**

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**587.005**	**3.406**	**654**	**591.065**	**54.906**	**645.971**
Adições	-	-	699	699	30.431	31.130
Baixa	(5)	-	-	(5)	-	(5)
Transferências	74.858	1.029	(746)	75.141	(74.676)	465
Amortização	(34.761)	(1.129)	-	(35.890)	-	(35.890)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**627.097**	**3.306**	**607**	**631.010**	**10.661**	**641.671**
Custo	748.874	6.150	607	755.631	10.661	766.292
Amortização acumulada	(121.777)	(2.844)	-	(124.621)	-	(124.621)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**627.097**	**3.306**	**607**	**631.010**	**10.661**	**641.671**
Adições	-	-	1.841	1.841	114.231	116.072
Amortização	(39.194)	(1.350)	-	(40.544)	-	(40.544)
Transferências	71.568	878	(878)	71.568	(71.568)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(220)	(220)	-	(220)
Outros	(3.500)	-	-	(3.500)	(3)	(3.503)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**655.971**	**2.834**	**1.350**	**660.155**	**53.321**	**713.476**
Custo	816.942	7.028	1.350	825.320	53.321	878.641
Amortização acumulada	(160.971)	(4.194)	-	(165.165)	-	(165.165)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**655.971**	**2.834**	**1.350**	**660.155**	**53.321**	**713.476**
Taxa média anual de amortização %						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(a)	20	20			

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de debêntures no montante de R$ 1.516 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.551 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 8,68% a.a e 8,68% a.a., respectivamente. **13. Debêntures:**

Série	Taxas contratuais	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022	
2ª Emissão - Série única (a)	9,76% a.a.	Abril de 2030	20.919	-	549.896	597.391	(b)(c)(d)(e)
Total geral					**549.896**	**597.391**	

	2023	2022
Circulante	**112.689**	**166.058**
Debêntures	79.896	86.654
Valor justo	32.793	79.404
Não circulante	**437.207**	**431.333**
Debêntures	499.100	566.300
Valor justo	(61.893)	(134.967)
Total geral	**549.896**	**597.391**

(a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 19.

Garantias: (b) Garantia real; (c) Alienação fiduciária; (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e (e) Aval/fiança corporativa da CCR S.A. e RuasInvest na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2023
2025	35.700
2026	81.200
2027	79.100
2028	94.500
2029 em diante	208.600
(-) Valor justo	(61.893)
Total	**437.207**

A Companhia possui debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures. **14. Obrigações sociais e trabalhistas:**

	2023	2022
Circulante	**22.934**	**21.075**
Salários e remunerações a pagar	3.726	3.467
Benefícios a pagar e previdência privada	7.752	7.518
Encargos sociais e previdenciários	4.364	3.249
Provisão para férias	7.092	6.841
Não circulante	**5.989**	**740**
CPRB (Contribuição previdenciária sobre a receita bruta) sobre receita de reequilíbrio	5.245	-
Gratificações e participações a pagar	744	740

15. Provisão para riscos trabalhistas, previdenciários e contratuais: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, previdenciárias e contratuais. **15.1. Processos com prognóstico de perda provável:** A Companhia constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	Trabalhistas e previdenciários	Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**227**	-	**227**
Constituição	1.281	11.504	12.785
Reversão	(68)	(5.688)	(5.756)
Pagamentos	(1.313)	-	(1.313)
Atualização de bases processuais e monetária	34	63	97
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**161**	**5.879**	**6.040**

15.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2023	2022
Cíveis e administrativos	25	6
Trabalhistas e previdenciários	1.795	270
Total	**1.820**	**276**

16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital social: O capital social da Companhia é de R$ 89.000, composto por 89.000.000 ações ordinárias. O capital da Companhia está assim distribuído:

	2023		2022	
	Participação acionária	Quantidade de ações	Participação acionária	Quantidade de ações
CCR S.A.	83,34%	74.172.600	83,34%	74.172.600
Ruasinvest Participações S.A.	16,66%	14.827.400	16,66%	14.827.400
Total	**100%**	**89.000.000**	**100%**	**89.000.000**

16.2. Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Controladora realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo ("Plano ILP"), que entrou em vigor nesta data. O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Controladora e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Controladora e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela, visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de *vesting* de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do*TSR* (*total shareholder return*) alvo real da Controladora no período. É utilizado o modelo *Black-Scholes-Merton* para precificação do valor justo de das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no *TSR*. Os principais parâmetros de precificação foram: • Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 24.577; • Data da outorga: 26 de junho de 2023; • Preço corrente (*TSR* do ano anterior): R$ 11,72; • Preço de exercício (*TSR* alvo) para cada tranche: R$ 13,38, R$ 15,17 e R$ 16,96; • Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Controladora entre janeiro de 2003 até a data base da outorga): 2,51%; • *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%; • Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%; e • Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*). O valor justo da parcela atrelada à retenção, 24.577 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora em 26 de junho de 2023 (data da outorga), cotado a R$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R$ 247. **16.3. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **16.4. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Os requerimentos para o cálculo do dividendo mínimos obrigatório relativo ao exercício de 2023, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2023
Lucro líquido de exercício	268.412
(-) Constituição de reserva legal	(9.059)
Lucro líquido ajustado	**259.353**
Dividendo mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	64.838
Total de juros sobre capital próprio aprovados	(10.342)
Total de dividendos mínimo aprovado	(54.496)
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	**(64.838)**

16.5. Juros sobre capital próprio: Em 21 de dezembro de 2023, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 12.167, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R$ 10.342, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 1.825, a serem pagos conforme vier a ser deliberado oportunamente.

17. Receitas operacionais:

	2023	2022
Receita bruta	**906.739**	**484.098**
Receitas metroviárias	378.500	321.216
Receita de reequilíbrio (a)	297.892	-
Mitigação de risco de demanda projetada	141.028	138.899
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	89.319	23.983
Deduções das receitas brutas	**(16.348)**	**(9.202)**
Impostos sobre receitas	(16.348)	(9.202)
Receita operacional líquida	**890.391**	**474.896**

(a) Receita de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da celebração do Termo Aditivo 2º, devido às perdas de receita tarifária advindas da pandemia da COVID 19.

18. Resultado financeiro:

	2023	2022
Despesas financeiras	**(237.735)**	**(210.283)**
Juros sobre debêntures	(56.801)	(63.581)
Perda com operações de derivativos	(102.094)	(106.821)
Comissão de fianças	(6.771)	(7.524)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(113)	(25)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(1.214)	(954)
Valor justo sobre debêntures	(72.352)	(33.009)
Capitalização de custos de debêntures	1.610	1.631
Receitas financeiras	**157.058**	**125.208**
Ganho com operações de derivativos	99.774	48.091
Rendimento sobre aplicações financeiras	11.352	11.733
Valor justo sobre debêntures	45.889	65.226
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	39	4
Juros e outras receitas financeiras	4	154
Resultado financeiro	**(80.677)**	**(85.075)**

19. Instrumentos financeiros: 19.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	2023	2022
Ativos		**411.209**	**182.049**
Valor justo através do resultado		**73.319**	**116.890**
Caixa e bancos	Nível 2	2.833	1.927
Aplicações financeiras	Nível 2	70.486	114.963
Custo amortizado		**337.890**	**65.159**
Contas a receber das operações		2.788	-
Contas a receber de partes relacionadas	Nível 2	6.025	30.875
Contas a receber com o Poder Concedente	Nível 2	329.077	34.284
Passivos	**Nível**	**(751.481)**	**(744.389)**
Valor justo através do resultado		**(584.372)**	**(660.765)**
Debêntures (a)	Nível 2	(549.896)	(597.391)
Contas a pagar de operações com derivativos	Nível 2	(34.476)	(63.374)
Custo amortizado		**(167.109)**	**(83.624)**
Fornecedores e outras obrigações		(62.030)	(48.771)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(11.874)	(7.234)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		(91.673)	(26.872)
Obrigações com o Poder Concedente		(1.532)	(747)
Total		**(340.272)**	**(562.340)**

(a) Valores líquidos dos custos de transação. **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* entre a taxa referencial informada pela ANBIMA e a curva obtida da B3 para cada indexador ou pela média dos *spreads* das debêntures classificadas por setor e trazidos a valor presente pela curva de taxa livre de risco (pré-DI). Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R$ 578.997 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 652.954 em 31 de dezembro de 2022):

Série	Taxa contratual	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
Debêntures - 2ª Emissão - Série única	9,76% a.a.	CDI + 1,44% a.a.	578.997

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. **19.2. Instrumentos financeiros derivativos:** As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2023, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de taxa de juros sobre a totalidade da 2ª emissão de debêntures e contratou operações de NDF *hedge* para a proteção na mudança no fluxo de pagamento. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão. Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia: **Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção**

		Valores de Referência (Nocional)		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado			
	Data de vencimento	Moeda Local		Moeda local Recebidos/(Pagos)		Valores a receber/a pagar		Ganho/(Perda) em resultado		Ganho/(Perda) em resultado abrangente	
Operação		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
SWAP - riscos de juros		**700.000**	**700.000**	**(31.510)**	**(17.712)**	**(34.184)**	**(63.374)**	**(2.320)**	**(58.730)**	-	-
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	2030	700.000	700.000	(31.510)	(17.712)	(34.184)	(63.374)	(2.320)	(58.730)	-	-
NDF - riscos cambiais		**18.492**	-	**(44)**	-	**(292)**	-	-	-	**(336)**	-
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	2023 a 2025	18.492	-	(44)	-	(292)	-	-	-	(336)	-
Total		**718.492**	**700.000**	**(31.554)**	**(17.712)**	**(34.476)**	**(63.374)**	**(2.320)**	**(58.730)**	**(336)**	-

19.3. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **19.3.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Efeito em R$ no resultado		
Risco	Exposição em R$ (3)(4)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(584.082)	(80.399)	(98.396)	(116.393)
Efeito sobre as debêntures e derivativos		**(80.399)**	**(98.396)**	**(116.393)**
CDI	70.711	6.543	8.163	9.783
Efeito sobre as aplicações financeiras		**6.543**	**8.163**	**9.783**
Total do efeito líquido da perda		**(73.856)**	**(90.233)**	**(106.610)**
A taxa de juros considerada foi (1):	CDI (2)	11,65%	14,56%	17,48%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI). **20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão: 20.1. Compromissos com o Poder Concedente – Outorga variável:**

			Valor pago no exercício		Circulante Valor a pagar	
	%	Base	2023	2022	2023	2022
Outorga variável	1,0%	Receita bruta	5.176	4.521	766	747
Total			**5.176**	**4.521**	**766**	**747**

20.2. Compromissos relativos às concessões: A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da concessionária:

	2023	2022
Compromissos relativos à concessão (a) (b)	210.023	260.053

(a) Os valores representam 100% da concessionária. (b) Referem-se a melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a ser realizado pela concessionária, sem considerar gatilhos adicionais. Os valores estão atualizados pelo IPC-Fipe, respectivamente, até a data da última atualização da tarifa. Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio. **20.3. Obrigações com o Poder Concedente:**

	2023	2022
Circulante	**1.532**	**1.493**
Outorga variável	766	747
Verba de fiscalização	766	746

21. Demonstração dos fluxos de caixa: 21.1. Transações que não afetaram o caixa: As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2023
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**16.112**
Fornecedores	16.112
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	**(16.112)**
Adições ao ativo intangível	(16.112)

21.2. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de recursos. Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures	Operações com derivativos	Total
Saldo inicial	**(597.391)**	**(63.374)**	**(660.765)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**130.759**	**31.554**	**162.313**
Pagamentos de principal e juros	130.759	-	130.759
Liquidação de operações com derivativos	-	31.554	31.554
Outras variações que não afetam caixa	**(83.264)**	**(2.656)**	**(85.920)**
Juros sobre debêntures	(56.801)	-	(56.801)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	(26.463)	(2.320)	(28.783)
Resultado abrangente das operações com derivativos	-	(336)	(336)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-
Outros	-	-	-
Saldo final	**(549.896)**	**(34.476)**	**(584.372)**

Composição do Conselho de Administração

Márcio Magalhães Hannas	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Membro Efetivo
Roberto Vollmer Labarthe	Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro Efetivo
Sérgio Luiz Pereira de Macedo	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Antonio Marcio Barros Silva	Diretor-Presidente
Francisco Pierrini	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.** - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão:** Veja as Notas 3.8, 3.14 e 12 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R$ 114.231 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Alyster Suusmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C890-EAB3-69A5-4F62.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 08/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C890-EAB3-69A5-4F62.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C890-EAB3-69A5-4F62 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C890-EAB3-69A5-4F62

Hash do Documento

A26D26AC5FEBA8C405E3369703ABC6058D1CBBD0E2FFB188226B12647A9A5503

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/03/2024 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 08/03/2024 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 07.682.638/0001-07

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos Acionistas: Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Neste exercício, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaQuatro") ou ("Companhia") ou ("Concessionária") continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô. **1.2. Apresentação:** A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., denominada ViaQuatro, com sede em São Paulo, Capital, tem como objeto a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação, manutenção e conservação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra. **1.3. Destaques de 2023:** Em 2023 a Companhia distribuiu R$ 206.001em dividendos aos acionistas. **2. Desempenho econômico-financeiro:**

Em R$ mil	2023	2022	Var %
Receita operacional bruta (incluída a receita de construção)	1.582.890	993.977	59%
Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)	1.554.524	937.696	66%
Deduções da receita bruta	(16)	(2.568)	-99%
Receita líquida (excluída a receita de construção)	1.554.508	935.128	66%
(+) Receita de construção	28.366	56.281	-50%
Custos e despesas (a)	(399.922)	(398.319)	0%
- Depreciação e amortização	(92.347)	(89.198)	4%
- Serviços de terceiros	(52.868)	(43.600)	21%
- Custo com pessoal	(139.938)	(127.094)	10%
- Custo de construção	(28.366)	(56.281)	-50%
- Outros custos e resultados operacionais	(86.403)	(82.146)	5%
EBIT ajustado	1.182.952	593.090	99%
Margem EBIT ajustada (b)	76%	63%	20%
(+) Resultado de equivalência patrimonial	47.933	14.033	242%
EBIT (c)	1.230.885	607.124	103%
Margem EBIT	75%	60%	25%
(+) Depreciação e amortização	92.347	89.198	4%
EBITDA (c)	1.323.232	696.321	90%
Margem EBITDA	84%	70%	19%
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	(47.933)	(14.033)	242%
EBITDA ajustado (d)	1.275.299	682.288	87%
Margem EBITDA ajustada (d)	82%	73%	12%
Resultado financeiro líquido	(109.654)	(135.967)	-19%
Resultado de equivalência patrimonial	47.933	14.033	242%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.121.231	471.156	138%
Imposto de renda e contribuição social	(355.805)	(147.785)	141%
Lucro líquido	765.426	323.372	137%
Endividamento bruto (e)	1.000.887	1.190.385	-16%
Investimentos (caixa)	37.833	65.153	-42%

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil , cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. (d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (e) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação). **Receita líquida:** O principal motivo do aumento comparativamente a 2022 foi a celebração do Termo Aditivo nº 8 com o Poder Concedente, em 26 de dezembro de 2023, para reconhecer e quantificar o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em razão dos impactos da pandemia de COVID-19 e a perda de receita tarifária, referente ao período de 13 de março de 2020 e 8 de maio de 2022 e promover, em favor da CONCESSIONÁRIA, o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO. Nesta mesma data foi contabilizado o montante de R$ 682.607. **Custos e despesas:** No tocante a custos, o ano de 2023 foi marcado pela consolidação da operação da Concessionária, com a maturação de importantes marcos estruturais iniciados em 2022. Como destaques tivemos a operação de ônibus para Taboão da Serra, houve o fim do ramp-up de passageiros da Estação Vila Sônia (inaugurada em 2022) e a execução de toda uma gama de serviços auxiliares (limpeza, manutenção, infraestrutura) ligados a operação dessa nova estação e atendimento aos nossos clientes. Esses fatores foram incorporados, juntamente num cenário de expansão da demanda pós-cenário COVID e de uma recuperação de contratações as quais encontravam-se congeladas desde 2022, traduzindo-se numa expansão de custos da Concessionária em 2023. **Resultado financeiro líquido:** Menor apuração de Juros em relação a 2022, decorrente da queda dos indicadores financeiros. **Imposto de renda e contribuição social:** Aumento na apuração de impostos decorrente da contabilização do desequilíbrio econômico-financeiro, citado em Receita Líquida. **Investimentos:** Variação decorrente da revisão do cronograma de investimentos da Fase II. Em 2023, houve postergação do investimento devido ao atraso na resolução de pendências por parte do fornecedor. **3. Estratégia e gestão: 3.1. Governança corporativa:** A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas, conforme a respectiva participação societária, tem participação efetiva no Conselho de Administração. aprovando medidas de forma coletiva. **3.2. Gestão de pessoas:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. A Companhia desenvolveu 16 novas Soluções de aprendizagem e aplicou 244 temas na totalidade, atingindo 940 colaboradores durante o ano de 2023. **4. Sustentabilidade:** A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o conselho de administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do comitê de riscos e reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do conselho de Administração da CCR. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR: • Código de Ética; • Política do Meio Ambiente; • Política de Mudanças Climáticas; • Política de Responsabilidade Social; • Política de Gerenciamento de Riscos; • Política da Empresa Limpa; Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de governança através do endereço abaixo: www.ccr.com.br/ri. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu relatório anual e de sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do relatório anual e de sustentabilidade acesse http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.1. Iniciativas voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade; • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável; • *Carbon Disclosure Program* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor; • Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa; e • Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. **4.2. Instituto CCR:** O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando a transformação social nas regiões onde atua. Apoia projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e por meio dos programas proprietários, como o Caminhos para a Cidadania, que capacita mais de 3 mil professores em 1.600 escolas anualmente, e o Caminhos para a Saúde, que oferece atendimentos de saúde a caminhoneiros, motociclistas e passageiros de trens urbanos e metrôs, somando 52 mil beneficiados em 2023. Seu foco são iniciativas nas frentes de Mobilidade e Cidades Sustentáveis, Cultura e Educação, Saúde e Segurança. Desde 2014, as ações do Instituto já beneficiaram mais de 15 milhões de pessoas. Saiba mais em www.institutoccr.com.br. **4.3. Campanhas e exposições:** Em 2023 foram realizadas 55 exposições e 110 campanhas de engajamento, totalizando 165 ações, com apoio de parceiros, ONGs e instituições. Entre essas ações tivemos exposições fotográficas, apresentações musicais, e campanhas de saúde, realizadas por meio de incentivo direto da Concessionária. Destacamos abaixo algumas das exposições e ações realizadas em 2023: • Fundação Julita; • Turistando em Manaus - Cultura & Curiosidades; • Bem-Vindo à Amazônia; • Mais Florestas, Menos Carbono; • Diversidade e inclusão; • Hoje tem arrastão; • Biomas Brasileiros, Agroecologia e Consumo Sustentável; • Tomie Ohtake. Foram realizadas 110 campanhas de engajamento em parceria com instituições, órgãos ou empresas, beneficiando a população, entre as quais citamos: • Dia Mundial do Câncer; • Vacinação; • Cadastro de jovem aprendiz; • Dia Internacional das Mulheres; • Doação de sangue; • Dia do Cliente; • Saúde Mental; • Dia das crianças; • Campanha do agasalho; • Lacre Solidário; • Papai Noel; • Coral de Natal. **4.4. Prêmios e reconhecimentos:** O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2023, a Companhia recebeu reconhecimento como premiação abaixo: • **31º Prêmio Revista Ferroviária:** Desde 1990, o Prêmio Revista Ferroviária tem por objetivo homenagear as pessoas e organizações que mais fizeram pelo transporte metroferroviário. A Gerente Executiva de Atendimento da ViaQuatro, Nathalia Silva Martins, foi homenageada como finalista na categoria Ferroviário Padrão de Passageiros no 31º Prêmio da Revista Ferroviária. A premiação tradicional do setor que reconhece as empresas que se destacam e homenageia os funcionários que se dedicam ao transporte da população e das cargas. • **10º Prêmio tecnologia & Desenvolvimento:** O time da Engenharia de Operações venceu o 10° Prêmio Tecnologia & Desenvolvimento Metroferroviário da ANPTrilhos e CBTU na Categoria 3. O Artigo vencedor foi o tema "Otimizando a eficiência do sistema metroferroviário: análise operacional com ciência de dados" de autoria do colaborador Joelson Messias de Moura e Co-Autoria de Lucas Victor Resende de Oliveira, Marcos Vinicius de Souza Apolinário e Marcos Renan Nonato da Silva. **5. Considerações finais: 5.1. Agradecimentos:** A ViaQuatro agradece a todos os nossos clientes, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras pela parceria desenvolvida. Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios no ano de 2023. **5.2. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3. Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **5.4. Cláusula compromissória:** A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

São Paulo, 9 de março de 2023. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**529.522**	**448.028**
Caixas e equivalentes de caixa	6	133.190	119.827
Aplicações financeiras - conta reserva	6	100.871	113.346
Contas a receber das operações	7.1	286	580
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	216.510	154.552
Contas a receber de partes relacionadas	10	10.405	8.411
Tributos a recuperar	8	2.608	2.179
Adiantamentos a fornecedores		3.357	3.793
Estoques (materiais sobressalentes)		56.294	36.713
Dividendos	10	-	3.333
Despesas antecipadas e outros créditos		6.001	5.294
Não circulante		**3.298.767**	**2.792.616**
Realizável a longo prazo			
Contas a receber dos Poder Concedente	7.1	1.768.381	1.207.685
Tributos a recuperar	8	9.354	9.354
Depósitos judiciais		128	152
Estoques (materiais sobressalentes)		26.565	35.309
Investimentos	11	18.530	15.596
Imobilizado	12	22.640	23.177
Intangível	13	1.433.724	1.446.967
Infraestrutura em construção	13	19.331	54.222
Direito de uso em arrendamento		114	154
Total do ativo		**3.828.289**	**3.240.644**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante		**582.261**	**598.976**
Debêntures	14	233.415	248.297
Fornecedores	16	17.184	14.820
Fornecedores de partes relacionadas	10	10.782	6.097
Imposto de renda e contribuição social a recolher		41.036	34.684
Obrigações sociais e trabalhistas	15	22.349	26.640
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10	230.512	245.155
Passivo de contrato receitas acessórias		1.160	1.433
Provisão IPTU		3.378	4.390
Passivo de arrendamento		46	46
Outras contas a pagar		22.399	17.414
Não circulante		**1.564.172**	**1.530.147**
Debêntures	14	767.472	942.088
Fornecedores		1	1
Passivo de arrendamento		75	110
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	791.247	582.331
Obrigações sociais e trabalhistas	15	7	838
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	17.1	5.370	4.751
Outras obrigações		-	28
Patrimônio líquido		**1.681.856**	**1.111.521**
Capital social	18.1	140.385	140.385
Reserva de capital	18.2	40	-
Reserva de lucros	18.3	140.385	140.385
Dividendos adicionais propostos		1.401.046	830.751
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.828.289**	**3.240.644**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonsntrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	19	**1.582.874**	**991.409**
Custos dos serviços prestados		**(336.735)**	**(347.227)**
Custo com pessoal		(108.324)	(106.781)
Custo de construção		(28.366)	(56.281)
Depreciação e amortização	12 e 13	(86.897)	(84.779)
Serviços		(41.403)	(32.996)
Materiais, equipamentos e veículos		(15.877)	(15.993)
Energia elétrica		(40.247)	(36.420)
Seguros		(6.204)	(5.062)
Provisões de IPTU		(3.378)	(4.390)
Outros		(6.039)	(4.525)
Lucro bruto		**1.246.139**	**644.182**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(63.187)**	**(51.092)**
Despesas com pessoal		(31.614)	(20.313)
Serviços		(11.465)	(10.604)
Depreciação e amortização	12 e 13	(5.450)	(4.419)
Materiais, equipamentos e veículos		(985)	(1.159)
Água, luz, telefone, internet e gás		(541)	(640)
Contribuições a sindicatos e associações de classes		(283)	(276)
Provisão para perda esperada - contas a receber	7.1	220	(103)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	17	(619)	(2.485)
Indenizações trabalhistas		(3.792)	(3.268)
Perdas com clientes		(359)	(1.506)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(2.524)	(1.280)
Outras despesas (receitas) operacionais		(5.775)	(5.039)
Resultado de equivalência patrimonial	11.3	47.933	14.033
Resultado antes do resultado financeiro		**1.230.885**	**607.123**
Resultado financeiro	20	(109.654)	(135.967)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.121.231**	**471.156**
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	9.1	(355.805)	(147.785)
Lucro líquido do exercício		**765.426**	**323.371**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**765.426**	**323.371**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**765.426**	**323.371**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**765.426**	**323.371**
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	208.916	35.305
Depreciação e amortização	12 e 13	92.307	89.181
Depreciação - direito de uso em arrendamento		40	17
Baixa ativo imobilizado e intangível	12 e 13	824	675
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(220)	103
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	20	13	6
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	20	(1)	(3.250)
Juros e variação monetária sobre debêntures	20	140.871	162.202
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	17.1	4.858	5.394
Adição e remuneração do contas a receber com o Poder Concedente	7.1	(185.932)	(191.906)
Capitalização de custos de debêntures	14	(6.987)	(7.381)
Equivalência patrimonial	11.2	(47.933)	(14.033)
Adições do reequilíbrio COVID	7.1	(682.607)	
Rendimento de aplicação financeira		(4.367)	
Plano de Incentivo de longo prazo, liquidável em ações	18.6	40	-
		285.248	**399.684**
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	514	5.633
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	-	(139.730)
Contas a receber de partes relacionadas		(1.994)	(7.228)
Tributos a recuperar	8	(429)	6.233
Adiantamentos a fornecedores		436	1.332
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	18.4 e 18.5	48.332	-
Estoques (materiais sobressalentes)		(10.837)	(5.532)
Recebimento de contas a receber com o Poder Concedente	7.1	245.885	197.378
Despesas antecipadas e outros		(683)	(1.224)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	16	2.365	(30.828)
Fornecedores de partes relacionadas	10	4.685	4.052
Obrigações sociais e trabalhistas	15	(5.122)	5.486
Imposto de renda e contribuição social a recolher	9	142.969	106.304
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(140.392)	(76.995)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		(4.239)	(2.909)
Passivo de contrato receitas acessórias		273	(883)
Provisão de IPTU		(1.012)	758
Outras obrigações		4.959	4.392
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**570.412**	**465.923**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	12	(5.726)	(5.747)
Adições ao ativo intangível	13	(32.107)	(59.409)
Aporte de capital em investidas e outros movimentos		-	(4.896)
Outros de ativo intangível	13	360	4.886
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	4.367	
Resgates/Aplicações (conta reserva)		12.475	(35.146)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		**(20.631)**	**(100.312)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Debêntures:			
Pagamentos de principal e juros		(330.369)	(249.394)
Arrendamento:			
Pagamentos de principal e juros		(48)	(21)
Dividendos pagos a acionistas		(206.001)	(71.999)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(536.418)**	**(321.414)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**13.363**	**44.197**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		119.827	75.630
No final do exercício		133.190	119.827
		13.363	**44.197**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

		Capital social		Reserva de capital	Reserva de lucros				
	Nota	Subscrito	A integralizar	Plano de incentivo de longo prazo	Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		**149.607**	**(9.222)**	**-**	**28.077**	**6.874**	**696.553**	**-**	**871.889**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	323.371	**323.371**
Destinações:									
Juros sobre capital próprio em 29 de março de 2022 (líquido)		-	-	-	-	-	-	(2.211)	**(2.211)**
Juros sobre capital próprio em 29 de março de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(382)	**(382)**
Juros sobre capital próprio em 29 de junho de 2022 (líquido)		-	-	-	-	-	-	(3.588)	**(3.588)**
Juros sobre capital próprio em 29 de junho de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(621)	**(621)**
Juros sobre capital próprio em 26 de setembro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	-	-	(4.894)	**(4.894)**
Juros sobre capital próprio em 26 de setembro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(847)	**(847)**
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	-	-	(6.053)	**(6.053)**
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(1.046)	**(1.046)**
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(64.097)	**(64.097)**
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	134.198	(134.198)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	105.434	-	(105.434)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**149.607**	**(9.222)**	**-**	**28.077**	**112.308**	**830.751**	**-**	**1.111.521**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	765.426	765.426
Destinações:									
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	18.6	-	-	40	-	-	-	-	40
Juros sobre capital próprio em 22 de março de 2023 (líquido)	18.5	-	-	-	-	-	-	(4.268)	(4.268)
Juros sobre capital próprio em 22 de março de 2023 (IRRF)	18.5	-	-	-	-	-	-	(738)	(738)
Juros sobre capital próprio em 21 de junho de 2023 (líquido)	18.5	-	-	-	-	-	-	(5.303)	(5.303)
Juros sobre capital próprio em 21 de junho de 2023 (IRRF)	18.5	-	-	-	-	-	-	(918)	(918)
Juros sobre capital próprio em 21 de setembro de 2023 (líquido)	18.5	-	-	-	-	-	-	(5.792)	(5.792)
Juros sobre capital próprio em 21 de setembro de 2023 (IRRF)	18.5	-	-	-	-	-	-	(1.002)	(1.002)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (líquido)	18.5	-	-	-	-	-	-	(6.453)	(6.453)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (IRRF)	18.5	-	-	-	-	-	-	(1.117)	(1.117)
Dividendos mínimos obrigatórios	18.4	-	-	-	-	-	-	(169.540)	(169.540)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	570.295	(570.295)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**149.607**	**(9.222)**	**40**	**28.077**	**112.308**	**1.401.046**	**-**	**1.681.856**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: 1.1. Constituição e objeto: A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("Companhia") ou ("Concessionária"), domiciliada a Rua Heitor dos Prazeres, n.º 320, Vila Sônia, São Paulo, Capital, tem como objeto exclusivo a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra, com uma extensão de 8,9 quilômetros na Fase I, totalizando 12,8 quilômetros na Fase II, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, mas não se limitando à aquisição de bens e serviços, montagens, manutenção e operação parcial dos serviços por meio de ônibus. O prazo de vigência do contrato vai até 20 de junho de 2040, assegurando o prazo de operação de 30 anos, contados a partir do início da operação da Fase I, conforme previsto no contrato de concessão. A Concessionária poderá explorar receitas alternativas, complementares, acessórias, receita de contraprestação pecuniária e a receita tarifária. O contrato de concessão foi assinado com o Poder Concedente em 29 de novembro de 2006, ocorrendo o 1° aditamento em 30 de novembro de 2007, o 2° aditamento em 29 de maio de 2008, o 3° aditamento em 18 de junho de 2010, o 4° aditamento em 25 de março de 2011, o 5° aditamento em 26 de março de 2014 e o 6° e 7° aditamento em 23 de março de 2021. O plano original de operação contratual prevê: • **Fase I** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota de 14 trens, atendendo seis estações (Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Paulista, República e Luz) e o pátio de manutenção de Vila Sônia. A Fase I deverá ter um período operacional mínimo de quatro anos antes do início da operação da Fase II. O início das operações ocorreu conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo n.º 3, em 21 de junho de 2010. Atualmente, todas as estações já estão em funcionamento. • **Fase II** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota adicional de 15 trens e todas as suas estações previstas, sendo Vila Sônia, Morumbi, Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Fradique Coutinho, Oscar Freire, Paulista, Higienópolis, República e Luz. O percurso da estação Vila Sônia até Taboão da Serra será operado por meio de ônibus. Atualmente, além das estações da Fase I, também estão em operação as estações Fradique Coutinho, Higienópolis, Oscar Freire e Morumbi e Vila Sônia. • **Fase III** - Operação sobre trilhos do trecho compreendido entre as estações Vila Sônia e Taboão da Serra, cujas condições de operação serão definidas durante a execução do contrato de concessão. **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 2 de março de 2010, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes aditaram determinadas cláusulas do contrato de fornecimento datado do dia 7 de agosto de 2008 de forma a contemplar o subfaseamento da Fase I em 3 fases distintas, conforme segue: (a) Subfase 1.1 - estações Faria Lima e Paulista; (b) Subfase 1.2 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã e Pinheiros; e (c) Subfase 1.3 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã, Pinheiros, República e Luz. Como consequência dos trabalhos adicionais a serem executados, tal memorando de entendimento previu um acréscimo no valor global do contrato de fornecimento de aproximadamente US$ 40 milhões, os quais foram pagos conforme cumprimentos das obrigações contratuais em 2022. • **5º Aditamento** ao contrato de concessão - assinado em 26 de março de 2014, o referido ato menciona as eventuais datas para disponibilização, pelo Poder Concedente da infraestrutura, para início da operação comercial com as 11 estações e frota de 29 trens, passa a ser 26 de março de 2018, estabelecendo ainda que a concessionária poderá por sua conta e risco antecipar parcialmente a entrada das estações referentes a Fase II. • **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 29 de julho 2016, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes aditaram determinadas cláusulas do contrato de fabricação e fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a mitigar os impactos adversos do atraso da entrega da Infraestrutura da Fase II sob responsabilidade Poder Concedente. Dessa forma, após uma intensa análise a melhor alternativa passou a ser a suspensão parcial e a desmobilização provisória de recursos e equipes. A suspensão parcial e temporária se inicia em 19 de janeiro de 2016 por um período de 12 meses, sendo possível sua prorrogação até 19 julho de 2017. Em 31 de março de 2017, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., interrompeu a suspensão parcial, retomando em 30 de maio de 2017 as atividades do contrato de fabricação e fornecimento. • **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 28 de dezembro 2017, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes modificaram determinadas cláusulas do contrato de fabricação e fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a alterar o programa de trabalho da Fase II, com o objetivo de compatibilizar o Contrato com as novas datas de inauguração das estações Higienópolis, Oscar Freire e Morumbi pelo Poder Concedente. • **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 10 de outubro 2018, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes modificaram determinadas cláusulas do contrato de fabricação e fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a alterar o programa de trabalho da Fase II, com o objetivo de subfasear a entrega da estação Vila Sônia, e, também, promover a automatização da sinalização das linhas do Pátio. • **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 23 de outubro 2019, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes formalizam a paralisação parcial das atividades dos fornecedores em decorrência da postergação da entrega da estação Vila Sônia, sob responsabilidade do Poder Concedente. A suspensão tem duração prevista de 15 meses, e iniciou-se em julho/2019. Em 25 de Setembro de 2020 houve a interrupção da suspensão parcial, com retomada do Contrato ocorrendo em 25 de novembro de 2020. Em 23 de março de 2021, foram assinados os Termos Aditivos n.º 6 e 7 ao contrato de concessão da Companhia, para os seguintes objetos: O Termo Aditivo n.º 6 reequilibrou o atraso na conclusão das obras da Fase I da concessão e no seccionamento de linhas intermunicipais geridas pela EMTU pelo montante de R$ 1.225.225 em 31 de dezembro de 2021 (data-base: março/2020), sendo que o valor será recebido através de adicional à tarifa de remuneração da Companhia, no prazo estimado de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2037. O Termo Aditivo n.º 7 reequilibrou o atraso na conclusão das entregas da Estação Morumbi (Fase II), o que ocorreu em outubro de 2018 e da Estação Vila Sônia, no montante de R$ 2.754 em 31 de dezembro de 2021. Além dos valores acima, o referido Termo Aditivo n° 7 também estabeleceu o pagamento em dinheiro em até 20 dias contados da data de assinatura do referido aditivo, no montante de R$ 91.607, relativo à somatória dos valores já devidos pelo Poder Concedente a título de compensação de atraso da Fase II relacionados ao atraso nas Estações Morumbi e Vila Sônia. O referido valor foi recebido em 13 de abril de 2021. Os montantes atualizados para 31 de dezembro de 2023, estão demonstradas na nota explicativa n.º 7. • Inauguração da estação Vila Sônia ocorreu em 17 de dezembro de 2021, funcionando inicialmente no formato de operação assistida, de segunda-feira a sexta-feira, das 10h às 13h. No dia 10 de maio de 2022, o atendimento passou a ser integral, diariamente das 4h40 à 0h. Construída como um complexo de integração do transporte público, Vila Sônia é composta por uma estação de metrô subterrânea e um terminal de ônibus urbanos intermunicipais e municipais. A previsão é que diariamente cerca de 90 mil passageiros utilizem os 17 mil m² de área construída em 29 metros de profundidade da estação. A Four Trilhos Administração e Participações S.A., subsidiária integral, foi constituída em março de 2022 e teve sua operação iniciada em outubro de 2022, com o objetivo de explorar as receitas comerciais da Companhia. Em 26 de dezembro de 2023, foi celebrado, o Termo Aditivo n.º 8 com o Poder Concedente, tendo como objeto exclusivamente o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO que decorre da perda de RECEITA TARIFÁRIA provocada pelos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a demanda do SERVIÇO CONCEDIDO, no período de 13 de março de 2020 e 8 de maio de 2022. Foi reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, no valor bruto de R$ 39.188, em VPL a valores de fevereiro de 2005, e as partes acordaram que o valor será reequilibrado na forma de adicional à TARIFA DE REMUNERAÇÃO. O adicional à TARIFA corresponderá a R$ 0,4631, considerando-se a data-base de fevereiro de 2023, e será devida apenas pelo PASSAGEIRO INTEGRADO assim definido nos termos da cláusula 8.1 do CONTRATO. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023: 1.1.1. Principais eventos regulatórios: a. Reequilíbrio Cautelar - COVID-19:** Em 22 de dezembro de 2023, foi celebrado o 8º Termo Aditivo entre a ViaQuatro e o Estado de São Paulo, tendo como objetivo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devido às perdas de receita tarifária resultantes da redução de demanda de passageiros na Linha 4 - Amarela, advinda da pandemia da COVID-19, no valor de R$ 682.607, e deverá ser integralmente quitado até 21 de junho de 2040. **1.1.2. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão. Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a concessionária e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. **1.1.3. Processos em andamento:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente: **a. Ações Populares sobre a Anulação da Licitação - Processos n.º 0107038-05.2006.8.26.0053 e 0117119-13.2006.8.26.0053:** Tramitam no Poder Judiciário as ações populares em referência que objetivam a decretação da anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional n.º 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. Ambas as ações são conexas. O mérito das ações ainda não foi apreciado pelo Poder Judiciário, tendo havido discussão acerca da inclusão, ou não, das pessoas físicas signatárias do contrato de concessão no polo passivo das ações. No momento, aguarda-se citação de novos réus, pessoas físicas. Após concluída a referida citação, deverá ser aberto prazo para a contestação por parte dos réus. Os acionistas e a Administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas. Em 7 de março de 2024, foi aprovado pelo Conselho da Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas: **3.10. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*):** principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso; **7. Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito; **9.2. Impostos diferidos:** valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados; **13. Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização; **17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; **21. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Investimentos:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em Controlada. **Controlada:** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. **3.2. Moeda estrangeira: Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.3. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas metroviárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô. As receitas acessórias (substancialmente receita de aluguel) são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente são reconhecidas como complemento da receita da concessionária, à medida que a concessionária tem o direito de ser remunerada pelo Poder Concedente em razão de implantação da infraestrutura, operação ou indenização. Receitas de mitigação de demanda são créditos a receber do Poder Concedente, oriundo de demanda real inferior à demanda projetada no Contrato de Concessão e são reconhecidos à medida de sua apuração, conforme períodos previstos contratualmente. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que prevê as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 19. **3.4. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros**: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.6. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **3.7. Estoque:** Os estoques estão compostos na forma de materiais de manutenção a serem consumidos no processo de prestação de serviços, são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, inclui todos os custos de aquisição, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais e em condições de utilização. O custo dos estoques é baseado no princípio no custo médio ponderado. **3.8. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.9. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios. Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar a concessão. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 13. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.14. Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.10. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*): Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos e reequilíbrios contratuais. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.11. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.12. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.13. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.14. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. **3.15. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - (ICPC 01- R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimado como base para a amortização. **3.16. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023: • CPC 50 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32. **3.17. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A832-9F04-4089-B919.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 08/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A832-9F04-4089-B919.

continuação

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26; e • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03 e CPC 40. **4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixas e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 7, 10, 14 e 21. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) e do certificado de depósito interbancário (CDI) relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 10, 14 e 21. As tarifas de metrô são atualizadas pela média ponderada, sendo 50% do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e 50% do IPC (Índice de Preços ao Consumidor). **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros, com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Para maiores detalhes vide notas explicativas n.º 21. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	294.935	273.096	252.477	230.972	194.538
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10.782	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	39.583	1	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	230.512	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 52.739 substancialmente composto por debêntures e dividendos e juros sobre capital próprio, detalhados nas notas explicativas n.º 14 e 21. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia e sua investida gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. **6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:**

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	2023	2022
Caixa e bancos	386	24
Aplicações financeiras	132.804	119.803
Total	**133.190**	**119.827**

Aplicações financeiras	2023	2022
Circulante	**100.871**	**113.346**
Conta reserva (a)	100.871	113.346
Total	**100.871**	**113.346**

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,30% do CDI, equivalente a 13,14% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (99,75% do CDI, equivalente a 12,40% a.a., em média, 31 de dezembro de 2022). (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB, destinada a atender obrigações relacionadas as debêntures, vide nota explicativa n.º 14. **7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas:**

Circulante	2023	2022
Contas a receber das operações (a)	461	975
Provisão para perda esperada (b)	(175)	(395)
Contas a receber do Poder Concedente (c)	216.510	154.552
Total	**216.796**	**155.132**
Não Circulante		
Contas a receber do Poder Concedente (c)	1.768.381	1.207.685
Total	**1.768.381**	**1.207.685**

a) Créditos a receber decorrentes das operações, tais como: receitas metroviárias e acessórias (locação de painéis publicitários e aluguel de espaços) previstos no contrato de concessão; b) A provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia; e c) Créditos a receber do Poder Concedente referentes a: reequilíbrios e mitigação de demanda para os negócios afetados da Companhia, cuja movimentação está demonstrada a seguir:

	2022	2023				
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração	Transferência	Total
Circulante	**154.552**	**125.607**	**(245.885)**	**-**	**182.236**	**216.510**
Reequilíbrio (a)	108.696	-	(107.467)	-	182.236	183.465
Mitigação de demanda	45.856	125.607	(138.418)	-	-	33.045
Não circulante	**1.207.685**	**682.607**	**-**	**60.325**	**(182.236)**	**1.768.381**
Reequilíbrio (a)	1.207.685	682.607	-	60.325	(182.236)	1.768.381
Total	**1.362.237**	**808.214**	**(245.885)**	**60.325**	**-**	**1.984.891**

a) Reequilíbrios ao contrato de concessão da Companhia pelo atraso na conclusão das obras da Fase I da concessão e no seccionamento de linhas intermunicipais geridas pela EMTU que será recebido através de adicional à tarifa de remuneração conforme Termo Aditivo n.º 6 e perda de receita tarifária resultante da redução de demanda de passageiros advinda da pandemia da COVID-19 para ViaQuatro (Termo Aditivo n.º 8). **7.2. *Aging* do contas a receber:**

Idade de vencimentos dos títulos	2023	2022
Créditos a vencer	1.985.138	1.362.573
Créditos vencidos até 60 dias	21	15
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	18	229
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	56	240
Créditos vencidos há mais 180 dias	119	155
Total	**1.985.352**	**1.363.212**

7.3. Cronograma de recebimento (não circulante)

Cronograma de recebimento (não circulante)	2023	2022
2025	180.376	105.207
2026	169.770	108.880
2027	161.143	103.583
2028	152.931	99.150
2029 em diante	1.104.161	790.865
Total	**1.768.381**	**1.207.685**

8. Tributos a recuperar	2023	2022
Circulante	**2.608**	**2.179**
IRPJ e CSLL	434	335
IRRF	2.164	1.834
ISS	10	10
Não Circulante	**9.354**	**9.354**
IRPJ e CSLL	9.354	9.354

O valor de crédito tributário de IRPJ e CSLL trata-se de retidos na fonte e antecipação. Os créditos classificados no longo prazo estão sob processo administrativo (Manifestação de inconformidade) e a Companhia aguarda o acordão final para sua utilização. **9. Imposto de renda e contribuição social: 9.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**
A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**1.121.231**	**471.156**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	**(381.219)**	**(160.193)**
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	16.297	4.771
Despesas indedutíveis	(1.961)	(1.008)
Juros sobre o capital próprio	8.701	6.679
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(458)	(346)
Incentivo relativo ao imposto de renda	2.756	2.344
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	17	-
Outros ajustes tributários	62	(32)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(355.805)**	**(147.785)**
Impostos correntes	(146.889)	(112.480)
Impostos diferidos	(208.916)	(35.305)
Alíquota efetiva do imposto	**31,73%**	**31,37%**

9.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2023	2022
Ativo	**32.265**	31.995
Provisão para participação nos resultados (PLR)	3.514	3.160
Provisão para perda esperada - contas a receber	62	137
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	1.826	1.615
Variação cambial	-	1
Resultado de operações com derivativos	19.617	20.788
Provisão de fornecedores	7.207	5.865
Arrendamento	2	1
Tributos com exigibilidade de suspensão de Pis e Cofins	21	19
Outros	16	409
Compensação de imposto ativo	**(32.265)**	**(31.995)**
Impostos ativos após compensação	**-**	**-**
Passivo	**(823.512)**	**(614.326)**
Variação cambial	(2)	-
Receita remuneração de ativos financeiros	(431.541)	(447.569)
Capitalização de juros	(115.784)	(119.482)
Custo de transação de empréstimos	(1.322)	(1.906)
Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014 (a)	(42.777)	(45.369)
Receita de Reequilíbrio Covid- Diferido Passivo	(232.086)	-
Compensação de imposto passivo	**32.265**	**31.995**
Impostos passivos após compensação	**(791.247)**	**(582.331)**
Imposto diferido líquido	**(791.247)**	**(582.331)**
Movimentação do imposto diferido	**2023**	**2022**
Saldos em 1º de janeiro	**(582.331)**	**(547.026)**
Reconhecimento no resultado	(208.916)	(35.305)
Saldos em 31 de dezembro	**(791.247)**	**(582.331)**

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil). **10. Partes relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	2023				2022			
Saldos	Controladoras	Controlada	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras	Controlada	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	**84**	**10.321**	**99.305**	**109.710**	**178**	**3.360**	**128.018**	**131.556**
Aplicações financeiras	-	-	99.278	**99.278**	-	-	119.803	**119.803**
Bancos conta movimento	-	-	14	**14**	-	-	7	**7**
Contas a receber	84	10.321	-	**10.405**	178	27	8.208	**8.413**
Dividendos	-	-	-	**-**	-	3.333	-	**3.333**
Outros créditos	-	-	13	**13**	-	-	-	**-**
Passivo	**176.871**	**6.468**	**57.983**	**241.322**	**246.438**	**83**	**7.292**	**253.813**
Fornecedores	4.049	6.468	265	**10.782**	1.283	83	4.731	**6.097**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	172.822	-	57.690	**230.512**	245.155	-	-	**245.155**
Derivativos	-	-	-	**-**	-	-	2.367	**2.367**
Outros débitos	-	-	28	**28**	-	-	194	**194**

	2023			2022		
Transações	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos/Despesas - serviços de transmissão de dados	(3)	-	**(3)**	-	-	**-**
Custos/Despesas de infraestrutura utilizada	(23)	-	**(23)**	-	-	**-**
Custos/Despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(525)	**(525)**	-	(232)	**(232)**
Custos/Despesas - outros gastos gerais	(13)	-	**(13)**	-	-	**-**
Custos/Despesas - serviços especializados e consultorias	-	(11)	**(11)**	-	(738)	**(738)**
Receitas de untilização de infraestrutura	-	-	**-**	-	234	**234**
Receitas de aplicações financeiras	-	16.519	**16.519**	-	4.163	**4.163**
Receitas de mútua cooperação		167	**167**	-	56	**56**
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(10)	**(10)**	-	(1)	**(1)**
Repasse de custos e despesas - CSC	(17.140)	-	**(17.140)**	(8.111)	-	**(8.111)**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(5.751)	(56)	**(5.807)**	(91)	(8.639)	**(8.730)**

10.1. Profissionais-chave da administração: Despesas com profissionais-chaves:

	Diretores Estatutários	
	2023	2022
Remuneração (a)	**1.596**	**5.380**
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	**2.370**	**2.055**
Outros benefícios:	**(71)**	**3.325**
Incentivo de longo prazo	40	-
Provisão para remuneração variável do ano	817	1.789
Complemento/Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)	(1.009)	1.416
Previdência privada	78	115
Seguro de vida	3	5

	Diretores Não Estatutários	
	2023	2022
Remuneração (a)	**703**	**-**
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	**528**	**-**
Outros benefícios:	**175**	**-**
Provisão para remuneração variável do ano	156	-
Previdência privada	18	-
Seguro de vida	1	-

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 18 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia no montante de R$ 2.900. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social. **Saldos a pagar aos profissionais-chave:**

	2023	2022
Remuneração dos administradores (a)	**750**	**2.070**

(a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração, diretoria estatuária e diretoria não estatuária); e (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram efetuados pagamentos de provisão de PPR no montante de R$ 780, respectivamente.

11. Investimentos: 11.1. Composição dos investimentos:

			Investimentos		Resultado da participação societária	
Controlada	Atividade principal	% de participação em 31/12/2023	2023	2022	2023	2022
Four Trilhos	Serviços	100%	18.530	15.596	47.933	14.033
Total			**18.530**	**15.596**	**47.933**	**14.033**

11.2. Movimentação do investimento:

	2023
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**15.596**
Resultado de equivalência patrimonial	47.933
Dividendos	(44.999)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**18.530**

11.3. Informações financeiras resumidas:

	2023			2022			2023		2022	
Controlada	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido	Total das receitas brutas do exercício	Lucro líquido do exercício	Total das receitas brutas do exercício	Lucro líquido do exercício
Four Trilhos	48.965	30.435	18.530	36.956	21.360	15.596	55.567	47.933	16.491	14.033
Total	**48.965**	**30.435**	**18.530**	**36.956**	**21.360**	**15.596**	**55.567**	**47.933**	**16.491**	**14.033**

12. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado							
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Equipamentos operacionais	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total Imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**3.369**	**18.074**	**57**	**-**	**152**	**21.652**	**1.897**	**23.549**
Adições	-	-	-	-	-	-	5.837	5.837
Baixas	(384)	(2.769)	(238)	(149)	(133)	(3.673)	(3)	(3.676)
Transferências	702	3.054	292	-	-	4.048	(4.238)	(190)
Depreciação	(584)	(5.003)	(94)	-	(39)	(5.720)	-	(5.720)
Baixas depreciação	343	2.514	238	149	133	3.377	-	3.377
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.446**	**15.870**	**255**	**-**	**113**	**19.684**	**3.493**	**23.177**
Custo	7.997	45.972	2.302	-	9.114	65.385	3.493	68.878
Depreciação acumulada	(4.551)	(30.102)	(2.047)	-	(9.001)	(45.701)	-	(45.701)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.446**	**15.870**	**255**	**-**	**113**	**19.684**	**3.493**	**23.177**
Adições	-	-	-	-	-	-	5.885	5.885
Baixas	(39)	(50)	(17)	-	-	(106)	-	(106)
Transferências	319	5.202	581	-	-	6.102	(6.102)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	282	-	-	-	282	-	282
Depreciação	(574)	(5.856)	(129)	-	(39)	(6.598)	-	(6.598)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.152**	**15.448**	**690**	**-**	**74**	**19.364**	**3.276**	**22.640**
Custo	7.425	45.169	2.319	-	3.064	57.977	3.276	61.253
Depreciação acumulada	(4.273)	(29.721)	(1.629)	-	(2.990)	(38.613)	-	(38.613)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.152**	**15.448**	**690**	**-**	**74**	**19.364**	**3.276**	**22.640**
Taxa média anual de depreciação %								
Em 31 de dezembro de 2023	10	15	25	-	19	-	-	-

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R$ 159 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 80 no exercício em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo das debêntures divididos pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 9,38% a.a. e 9,69% a.a., respectivamente.

13. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura concedida	Uso de sistemas informatizados	Uso de sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do Intangível
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**1.471.079**	**7.758**	**678**	**1.479.515**	**43.507**	**1.523.022**
Adições	-	-	1.631	1.631	65.069	66.700
Baixas	(511)	-	-	(511)	-	(511)
Transferências	54.354	1.934	(1.744)	54.544	(54.354)	190
Amortização	(80.902)	(2.559)	-	(83.461)	-	(83.461)
Baixas amortização	135	-	-	135	-	135
Outros (b)	(4.886)	-	-	(4.886)	-	(4.886)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.439.269**	**7.133**	**565**	**1.446.967**	**54.222**	**1.501.189**
Custo	1.928.418	30.890	565	1.959.873	54.222	2.014.095
Amortização acumulada	(489.149)	(23.757)	-	(512.906)	-	(512.906)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.439.269**	**7.133**	**565**	**1.446.967**	**54.222**	**1.501.189**
Adições	-	-	2.512	2.512	36.423	38.935
Baixas	(718)	-	-	(718)	-	(718)
Transferências	70.954	924	(924)	70.954	(70.954)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(282)	(282)	-	(282)
Amortização	(82.895)	(2.814)	-	(85.709)	-	(85.709)
Outros	-	-	-	-	(360)	(360)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.426.610**	**5.243**	**1.871**	**1.433.724**	**19.331**	**1.453.055**
Custo	1.998.201	31.814	1.871	2.031.886	19.331	2.051.217
Amortização acumulada	(571.591)	(26.571)	-	(598.162)	-	(598.162)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.426.610**	**5.243**	**1.871**	**1.433.724**	**19.331**	**1.453.055**
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2023	(a)	20	-	-	-	-

(a) Amortização pela curva de benefício econômico; e (b) Aporte de capital através de transferências de bens para subsidiária Four Trilhos, no montante de R$ 4.886. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de debêntures no montante de R$ 6.828 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 7.301 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo das debêntures divididos pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 9,38% a.a. e 9,69% a.a., respectivamente.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022	
5ª Emissão - Série 1	CDI + 2,30% a.a.	2,5373% (a)	Março de 2028	10.072	2.433	542.495	659.722	(b) (c) (d)
5ª Emissão - Série 2	IPCA + 7,0737% a.a.	7,2943% (a)	Março de 2028	5.534	1.455	458.392	530.663	(b) (c) (d)
				Total	3.888	1.000.887	1.190.385	

	2023	2022
Circulante	**233.415**	**248.297**
Debêntures	234.834	250.014
Custos de transação (a)	(1.419)	(1.717)
Não circulante	**767.472**	**942.088**
Debêntures	769.941	945.977
Custos de transação (a)	(2.469)	(3.889)
Total	**1.000.887**	**1.190.385**

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR; **Garantias:** (b) Garantia real; (c) Alienação fiduciária; e (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.

Cronograma de desembolso (não circulante)	2023
2025	195.788
2026	195.788
2027	195.788
2028	182.577
(-) Custo de transação	(2.469)
Total	**767.472**

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures com cláusulas de *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures. Conforme cláusula 5.3 do contrato de debêntures, a Companhia deve efetuar depósitos mensais 1/6 em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante 6 meses e resgatados para pagamento dos juros semestrais, até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo aplicado totaliza R$ 100.871 (R$ 113.346 em 31 de dezembro de 2022).

15. Obrigações sociais e trabalhistas	2023	2022
Circulante	**22.349**	**26.640**
Salários e remunerações a pagar	2.980	3.645
Benefícios, gratificações e participações a pagar	8.550	10.265
Encargos sociais e previdenciários	3.376	4.247
Provisão para férias	7.443	8.483
Não circulante	**7**	**838**
Gratificações e participações a pagar	7	838
Total	**22.356**	**27.478**

16. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	366	363
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (b)	16.721	14.213
Cauções e retenções contratuais	97	244
	17.184	**14.820**

(a) A Companhia possui como principais fornecedores estrangeiros a Siemens AG, Siemens SAS, Sepsa e Hyundai Rotem Company para implantação do projeto, que prevê fornecimento dos sistemas de sinalização, de comando centralizado da via e pátio, de comunicação móvel e dos trens, incluindo sobressalentes e obrigatórios para os sistemas. (b) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a melhorias, manutenção e conservação. **17. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias. **17.1. Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.968**	**2.783**	**4.751**
Constituição	970	3.448	4.418
Reversão	-	(233)	(233)
Pagamentos	(450)	(3.789)	(4.239)
Atualização de bases processuais e monetária	348	325	673
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.836**	**2.534**	**5.370**

17.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2023	2022
Cíveis e administrativos	106	89
Trabalhistas e previdenciários	2.752	2.866
Total	**2.858**	**2.955**

18. Patrimônio líquido: 18.1. Capital social: O capital social da Companhia é de R$ 149.607, dos quais R$ 9.222 ainda não foram integralizados, composto por 74.803.571 ações ordinárias e 74.803.571 ações preferenciais e sem valor nominal.

	2023			2022		
	Participação acionária	Quantidade de ações	Ações a integralizar	Participação acionária	Quantidade de ações	Ações a integralizar
CCR S.A.	75,00%	112.205.357	6.916.904	75,00%	112.205.357	6.916.904
Ruasinvest Participações S.A.	15,00%	22.441.071	1.383.381	15,00%	22.441.071	1.383.381
Mitsui & CO. LTD	10,00%	14.960.714	922.254	10,00%	14.960.714	922.254
	100%	**149.607.142**	**9.222.539**	**100%**	**149.607.142**	**9.222.539**

18.2. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A partir de 2020, a reserva legal não foi constituída em função de ter atingido o limite de 20% do capital social. **18.3. Reserva de retenção de lucros:** Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. **18.4. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a lei das sociedades por ações (Lei n.º 6.404/76). A Administração da Companhia propõe o destaque de Dividendos Adicionais Propostos, no montante de R$ 570.295, relativo aos lucros apurados no exercício de 2023. A Companhia propôs os dividendos adicionais propostos, que serão aprovados em Assembleia Geral Ordinária (AGO) em 2024. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2023, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2023
Lucro líquido do exercício	765.426
(-) Constituição de reserva legal	(28.077)
Lucro líquido ajustado	**737.349**
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	169.540
Dividendo mínimo aprovado	**(169.540)**

18.5. Juros sobre o capital próprio: Em 22 de março de 2023, foi aprovado em Ata de Assembleia Extraordinária (AGE), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 5.006, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R$ 4.268, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 738, a serem pagos quando oportuno. Em 21 de junho de 2023, foi aprovado em Ata de Assembleia Extraordinária (AGE), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 6.221, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R$ 5.303, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 918, a serem pagos quando oportuno. Em 21 de setembro de 2023, foi aprovado em Ata de Assembleia Extraordinária (AGE), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 6.794, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R$ 5.792, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 1.002, a serem pagos quando oportuno. Em 21 de dezembro de 2023, foi aprovado em Ata de Assembleia Extraordinária (AGE), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 7.570, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R$ 6.453, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 1.117, a serem pagos quando oportuno. Em 27 de outubro de 2023, foi pago o montante de R$ 9.459 dos juros sobre capital próprio referente ao período acumulado até 31 de dezembro de 2022. **18.6. Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações:** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data. O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Companhia e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Companhia e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela, visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de vesting de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do TSR (*total shareholder return*) alvo real da Companhia no período. É utilizado o modelo *Black-Scholes-Merton* para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no TSR. Os principais parâmetros de precificação foram: • Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 4.011; • Data da outorga: 26 de junho de 2023; • Preço corrente (TSR do ano anterior): R$ 11,72; • Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R$ 13,38, R$ 15,17 e R$ 16,96; • Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data base da outorga): 2,51%; • *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%; • Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%; • Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de vesting), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de vesting) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de vesting). O valor justo da parcela atrelada à retenção, 4.011 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2023 (data de outorga), de R$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R$ 40.
19. Receitas operacionais líquidas:

	2023	2022
Receita bruta	**1.582.890**	**993.977**
Receitas metroviárias	685.985	560.369
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	28.366	56.281
Receitas acessórias	-	44.622
Receitas de reequilíbrio (a)	742.932	191.905
Receita de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	968
Mitigação de risco de demanda projetada	125.607	139.832
Deduções das receitas brutas	**(16)**	**(2.568)**
Impostos sobre receitas	(16)	(2.420)
Abatimentos	-	(148)
Receita operacional líquida	**1.582.874**	**991.409**

(a) Receita de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente ao contrato de concessão por (i) perda de receita tarifária advindas da pandemia da COVID-19 (Termo Aditivo n.º 8) e (ii) atraso na conclusão das obras da Fase I.
20. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	**(135.099)**	**(168.028)**
Variação monetária sobre debêntures	(21.730)	(29.450)
Juros sobre debêntures	(119.141)	(133.051)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(75)	(10.436)
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(13)	(6)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.127)	(2.466)
Capitalização de custos de debêntures	6.987	7.381
Receitas financeiras	**25.445**	**32.061**
Rendimento sobre aplicações financeiras	25.286	17.760
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	77	13.686
Variação monetária sobre debêntures	-	299
Juros e outras receitas financeiras	82	316
Resultado financeiro líquido	**(109.654)**	**(135.967)**

21. Instrumentos financeiros: 21.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	2023	2022
Ativos		**2.229.643**	**1.604.401**
Valor justo através do resultado		**234.061**	**233.173**
Caixa e bancos	Nível 2	386	24
Aplicações financeiras	Nível 2	132.804	119.803
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	100.871	113.346
Custo amortizado		**1.995.582**	**1.371.228**
Contas a receber das operações		286	580
Contas a receber do Poder Concedente		1.984.891	1.362.237
Contas a receber de partes relacionadas		10.405	8.411
Passivos		**(1.286.303)**	**(1.479.723)**
Custo amortizado		**(1.286.303)**	**(1.479.723)**
Debêntures (a)		(1.000.887)	(1.190.385)
Fornecedores e outras contas a pagar		(44.122)	(38.086)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(230.512)	(245.155)
Fornecedores e outras conta a pagar a partes relacionadas		(10.782)	(6.097)
Total		**943.340**	**124.678**

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.
Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	1.004.775	1.064.243	1.195.991	1.241.815

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). **21.2. Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram considerados novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **21.3. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Efeito em R$ no resultado		
Risco	Exposição em R$ (4) e (5)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	544.928	(77.806)	(94.116)	(110.427)
IPC-A	459.847	(53.979)	(59.533)	(65.088)
Efeito sobre debêntures		**(131.785)**	**(153.649)**	**(175.515)**
CDI	234.391	24.317	30.359	36.387
Efeito sobre as aplicações financeiras		**24.317**	**30.359**	**36.387**
Total do efeito líquido de ganhos/(Perdas)		**(107.468)**	**(123.290)**	**(139.128)**
As taxas de juros consideradas foram (1):				
	CDI (2)	11,6500%	14,5625%	17,4750%
	IPC-A (3)	4,6200%	5,7750%	6,9300%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo: Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3; (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros de 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (5) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).
22. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia.

	2023	2022
Compromisso de investimento	6.769	7.154

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.
23. Demonstração do fluxo de caixa: 23.1. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões. Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Arrendamento	Total
Saldo inicial	**(1.190.385)**	**(245.155)**	**(156)**	**(1.435.696)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**330.369**	**206.001**	**48**	**540.193**
Pagamento de principal e juros	330.369	-	48	330.417
Dividendos pagos	-	206.001	-	209.776
Outras variações que não afetam o caixa	**(140.871)**	**(191.358)**	**(13)**	**(336.015)**
Despesas com juros e variação monetária	(140.871)	-	(13)	(140.884)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(191.356)	-	(195.131)
Outras variações que não afetam caixa	-	(2)	-	-
Saldo final	**(1.000.887)**	**(230.512)**	**(121)**	**(1.231.520)**

Composição do Conselho de Administração
Márcio Magalhães Hannas - Presidente do Conselho
Pedro Paulo Archer Sutter - Membro Efetivo
Roberto Vollmer Labarthe - Membro Efetivo
Sérgio Luiz Pereira de Macedo - Membro Efetivo
Stephan Joinovici Cadier - Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto - Membro Efetivo

Composição da Diretoria
Antonio Marcio Barros Silva - Diretor Presidente
Francisco Pierrini - Diretor

Contadora
Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.
São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão:** Veja a Notas explicativas 3.9, 3.15 e 13 das demonstrações financeiras: **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R$ 36.423 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Alyster Suusmann Pere
Contador CRC 1SP-230426/O-9

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A832-9F04-4089-B919.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 08/03/2024
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A832-9F04-4089-B919.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A832-9F04-4089-B919 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A832-9F04-4089-B919

Hash do Documento

A15C25DB9B13914CC7F3BB540BFC0C39D039AEA84E6E369124A24E1CA1589FCE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/03/2024 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 08/03/2024 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

DRAUSUISSE BRASIL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE UNIDADES HIDRÁULICAS INTELIGENTES S.A.

CNPJ 31.180.635/0001-41 - NIRE 35.300.534.581

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 05 dias do mês de fevereiro de 2024, às 15:00 horas, foi realizada a Reunião do Conselho de Administração da **DRAUSUISSE BRASIL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE UNIDADES HIDRÁULICAS INTELIGENTES S.A.**, companhia por ações com sede localizada na Av. Portugal, 46, Módulo 12, Itapevi, São Paulo, CEP 06696-090 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença.** Convocação dispensada em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, que participam da reunião por meio de vídeo conferência, nos termos do parágrafo 5º do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia e legislação aplicável. **3. Mesa:** Evandro Luiz Coser: **Presidente da Mesa**; e Ércio Miguel Nema: **Secretário da Mesa. 4. Ordem do Dia:** Deliberar acerca da reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **5. Discussões e deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, deliberaram e aprovaram, por unanimidade, a reeleição do Sr. **Maurício Sucasas Negrão,** brasileiro, em união estável, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 14.092.626 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 087.902.748-73, residente e domiciliado na Rua Waldemar Metidieri, nº 250, quadra l1, lote 4, Parque Fazenda Imperial, Sorocaba/SP, CEP 18052-766, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; Sr. **Paulo Fonseca Barcellos,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 60.566.41, inscrito no CPF sob o nº 010.407.808-14, residente e domiciliado na Avenida Diógenes Ribeiro de Lima, 2170, Apto 2014, Altos de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05458-905, para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia; e Sr. **Mauro Santucci**, brasileiro, divorciado, engenheiro industrial metalúrgico, portador da cédula de identidade RG nº 12.972.681-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 054.494.398-81, residente e domiciliado na Rua João Antônio de Oliveira, nº 1.228, apartamento 62, bloco 2, Mooca, São Paulo/SP, CEP 0311-001, para o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia, cujos mandatos unificados vigerão por 02 (dois) anos, nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, a contar desta data, ou seja, até 05 de fevereiro de 2026, observadas as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia, notadamente as atribuições específicas previstas no artigo 19 do Estatuto Social da Companhia. **6.** Os Diretores ora reeleitos são investidos e tomam posse nos respectivos cargos por meio da assinatura dos respectivos termos de posse, pelos quais declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o seu acesso a cargos públicos, ou que tenham sido apenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **7. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Conselho de Administração ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mesa: Evandro Luiz Coser** - Presidente da Mesa e **Ércio Miguel Nema** - Secretário da Mesa. **Membros do Conselho de Administração presentes: Evandro Luiz Coser** - Presidente do Conselho de Administração da Companhia, **Orlando Machado Junior** - Membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, **Ércio Miguel Nema** - Membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, **Fábio Assis Pinto** - Membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e **Paulo Cezar da Silva Nunes** - Membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. **Diretores reeleitos: Maurício Sucasas Negrão -** Diretor Presidente, **Paulo Fonseca Barcellos -** Diretor Sem Designação Específica e **Mauro Santucci** - Diretor Administrativo-Financeiro. JUCESP nº 88.016/24-9 em 28.02.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Vereda Educação S.A.

C.N.P.J./M.J. nº 26.193.756/0001-98 - NIRE 35.230.138.852

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 *(Valores Expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial - Ativo	2023	2022
Circulante	**11.934.278**	**9.649.727**
Caixa e equivalentes de caixa	3.411.808	2.907.036
Clientes	2.143.598	566.571
Adiantamento a fornecedores	104.965	52.286
Tributos a compensar	245.889	168.136
Outros créditos	350.000	28.790
Aluguéis antecipados	5.160.140	5.313.437
Despesas pagas antecipadamente	517.878	613.471
Não circulante	**38.895.844**	**48.893.348**
Depósito judicial	1.015.405	1.410.334
Títulos de capitalização	353.800	-
Aluguéis a apropriar	23.842.586	29.002.726
Imobilizado	12.467.392	17.263.626
Intangível	1.216.662	1.216.662
Total do ativo	**50.830.123**	**58.543.075**

Balanço Patrimonial - Passivo	2023	2022
Circulante	**9.504.616**	**10.916.519**
Obrigações trabalhistas	799.062	1.566.836
Obrigações tributárias	252.998	279.481
Fornecedores a pagar	1.260.698	1.013.105
Contas a pagar	5.287.135	8.057.097
Adiantamento de clientes	969.514	-
Férias e encargos a pagar	935.210	-
Não circulante	**44.420.493**	**42.680.932**
Débitos com partes relacionadas	20.255.000	13.644.571
Outras contas a pagar	24.165.493	29.036.361
Patrimônio líquido	**(3.094.986)**	**4.945.624**
Capital social	129.347.088	116.844.034
Capital social a integralizar	(664)	(1.210.274)
Reserva de capital	4.197.915	4.197.925
Lucros e/ou prejuízos acumulados	(136.639.325)	(114.886.051)
Total do passivo	**50.830.123**	**58.543.075**

Demonstração do Resultado do Exercício	2023	2022
Receita operacional líquida	26.893.107	27.074.253
Lucro bruto	**26.893.107**	**27.074.253**
Outras receitas/(despesas) operacionais	**(48.547.796)**	**(47.640.555)**
Despesas com pessoal	(18.512.278)	(19.921.284)
Despesas gerais e administrativas	(17.150.304)	(16.314.338)
Despesas com ocupação	(6.553.568)	(5.322.506)
Despesas com depreciação/amortização	(5.358.334)	(5.319.205)
Despesas tributárias	(973.312)	(841.568)
Outras receitas	-	78.346

Demonstração do Resultado do Exercício	2023	2022
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**1.580.329**	**(2.013.255)**
Despesas financeiras	(57.777)	(3.013.299)
Receitas financeiras	1.638.106	1.000.043
Resultado antes do IR/CS	**(20.074.360)**	**(22.579.557)**
Imposto de renda	-	-
Contribuição social	-	-
Resultado líquido do exercício	**(20.074.360)**	**(22.579.557)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	**64.844.034**	**(1.210.274)**	**4.197.915**	**(63.199.369)**	**4.632.307**
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(21.475)	(21.475)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(28.380.707)	(28.380.707)
Em 31 de dezembro de 2021	**64.844.034**	**(1.210.274)**	**4.197.915**	**(91.601.551)**	**(23.769.875)**
Subscrição de capital	52.000.000	-	-	-	52.000.000
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(704.944)	(704.944)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(22.579.557)	(22.579.557)
Em 31 de dezembro de 2022	**116.844.034**	**(1.210.274)**	**4.197.915**	**(114.886.052)**	**4.945.624**
Subscrição de capital	12.503.054	1.209.610	-	-	13.712.664
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(1.678.914)	(1.678.914)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(20.074.360)	(20.074.360)
Em 31 de dezembro de 2023	**129.347.088**	**(663)**	**4.197.915**	**(136.639.326)**	**(3.094.986)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa originado de:	**2023**	**2022**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício/período	(20.074.360)	(22.579.557)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	5.262.741	5.235.653
Ajustes de exercícios anteriores	(1.678.914)	(704.944)
Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa	(1.185.374)	819.494
Redução de variações nos ativos e passivos		
(-) Aumento/redução em contas a receber	(741.653)	(849.473)
(-) Aumento/redução adiantamento a fornecedores	(30.856)	648.517
(-) Aumento/redução adiantamento a empregados	6.967	3.514
(-) Aumento/redução tributos a recuperar	(77.753)	(46.820)
(-) Aumento/redução aluguéis antecipados	5.409.030	5.424.355
Aumento/(-) redução depósito judicial	394.929	(103.210)
Aumento/(-) redução em fornecedores	247.593	(1.303.668)
Aumento/(redução) em obrigações tributárias	(26.483)	(32.175)
Aumento/(-) redução em contas a pagar	(6.203.852)	(5.527.031)
Aumento/(-) redução em adiantamentos a clientes	(467.464)	926.211
Aumento/(-) redução em pessoas, encargos e provisões	167.436	48.296
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**(18.998.014)**	**(18.040.837)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado	(466.507)	(81.670)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimento	**(466.507)**	**(81.670)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	-	(217.477)
Integralização de capital	13.712.664	52.000.000
Débitos com partes relacionadas	6.610.429	(34.201.573)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos:	**20.323.093**	**17.580.949**
(+) Aumento/(-) redução nas disponibilidades	**858.573**	**(541.558)**
No início do período	2.907.036	3.448.594
No final do período	3.765.608	2.907.036

Arthur Prandado Buzatto - Diretor Presidente

Ivo Pereira de Freitas Filho - Contador - CRC: SP245569/O

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F2F-F67D-242D-8CEE.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.** A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 08/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F2F-F67D-242D-8CEE.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4F2F-F67D-242D-8CEE ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4F2F-F67D-242D-8CEE

Hash do Documento

CB866209EAF3388B5D86F2C1F4ED27C5D69C6A13F253B8646B38C57C4F0E1C9F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/03/2024 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 08/03/2024 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24